

**CENTRO FEDERAL DE EDUCAÇÃO TECNOLÓGICA DE MINAS GERAIS
CEFET- MG**

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO TECNOLÓGICA

RODRIGO ALMEIDA SOARES

**OS AMBIENTES VIRTUAIS A FAVOR DA APRENDIZAGEM: Um estudo dos
recursos e das metodologias da EAD em Cursos de Graduação**

BELO HORIZONTE

2008

Livros Grátis

<http://www.livrosgratis.com.br>

Milhares de livros grátis para download.

RODRIGO ALMEIDA SOARES

OS AMBIENTES VIRTUAIS A FAVOR DA APRENDIZAGEM: Um estudo dos recursos e das metodologias da EAD em Cursos de Graduação

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação Tecnológica do Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais – CEFET-MG, como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Educação Tecnológica.

Área de concentração: Educação Tecnológica

Orientador: Prof. Dr. José Wilson da Costa

BELO HORIZONTE

2008

RODRIGO ALMEIDA SOARES

OS AMBIENTES VIRTUAIS A FAVOR DA APRENDIZAGEM: Um estudo dos recursos e das metodologias da EAD nos Cursos de Graduação

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação Tecnológica do Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais – CEFET-MG, como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Educação Tecnológica.

Área de concentração: Educação Tecnológica

Belo Horizonte, 27 de março de 2008.

Banca Examinadora:

Prof. Dr. José Wilson da Costa - CEFET/MG - Orientador

Prof. Dr. Jerônimo Coura Sobrinho – CEFET/MG

Prof. Dr. Paulo Cezar Santos Ventura - CEFET/MG

Prof. Dr. Renato Rocha Souza – UFMG

Dedico esse trabalho à minha querida irmã Carla Soares, que com o seu olhar pedagógico, sempre se colocou à disposição para me auxiliar nas horas de dúvida em relação às questões educacionais e metodológicas.

AGRADECIMENTOS

Ao meu orientador, professor doutor José Wilson da Costa, pelas incalculáveis horas de dedicação ao expor seu valioso conhecimento na orientação desta pesquisa.

Aos professores, funcionários e colegas do Programa de Mestrado do CEFET-MG que participaram de forma decisiva e colaborativa nessa caminhada.

Aos Coordenadores das duas instituições em que realizei a pesquisa, pelo apoio e pelas entrevistas concedidas sobre as questões deste estudo.

Aos Professores e ao Assessor Pedagógico das instituições pesquisadas pelas contribuições valiosas em seus relatos de experiências com a EAD.

A todos os alunos que participaram dessa pesquisa.

Aos meus pais, José Joaquim e Maria Helena; aos meus irmãos, Rodolpho e Christiane; à minha namorada Christine, pelo apoio e compreensão nas horas de ausência em que me dedicava ao desenvolvimento desta pesquisa.

À Deus, por toda a força, iniciativa e entusiasmo para a realização deste trabalho.

“A tecnologia possibilita que as pessoas tenham controle sobre tudo, exceto sobre a tecnologia.”

John Tudor

RESUMO

Esse trabalho teve por finalidade analisar os recursos e as metodologias de Educação a Distância (EAD), utilizados por meio dos ambientes virtuais de aprendizagem (AVA), nos cursos e/ou disciplinas ofertados aos alunos de graduação, em duas instituições particulares de ensino superior de Belo Horizonte-MG. O método de pesquisa adotado no trabalho foi o estudo de caso, desenvolvendo-se uma pesquisa do tipo qualitativa, sob a forma de entrevistas com os professores e coordenadores das duas instituições, e uma pesquisa do tipo quantitativa, através da aplicação de questionários semi-estruturados junto aos alunos destas instituições, a fim de se verificar o perfil dos discentes que optaram por essa modalidade de ensino, bem como verificar se os AVA os auxiliaram no processo de aprendizagem. Dessa forma, buscou-se alcançar melhor conhecimento do problema estudado. A pesquisa permitiu verificar que, tanto na percepção dos professores quanto dos alunos, os AVA apresentavam recursos que favoreciam o processo ensino/aprendizagem em ambas as instituições pesquisadas, propiciando novas possibilidades educativas para esses atores. Entretanto, vale ressaltar que os alunos não tinham uma concepção clara sobre a questão do tempo, pois acreditavam que, para estudar na modalidade de EAD, não teriam que se dedicar aos estudos mesmo que de uma forma não-sincronizada com os horários da educação presencial. Ainda foram pesquisados os recursos e as metodologias de ensino empregadas nos AVA, que estavam em fase de constante aprimoramento e adequação, considerando que a interatividade entre professores e alunos ainda é algo questionável nessa modalidade de ensino, bem como a forma de capacitação oferecida pelas instituições aos professores para atuar na EAD. Também foi verificada a necessidade de se promover avanços nos sistemas de EAD utilizados em ambas as instituições. Nesse sentido, observou-se que os AVA estavam a favor do processo ensino/aprendizagem, contudo, os recursos e as metodologias utilizadas não seguiram um modelo único, havendo uma diversificação na utilização destes em relação às práticas adotadas pelos professores.

Palavras-chave: Educação a Distância. Ambientes virtuais de aprendizagem. Metodologias de ensino.

ABSTRACT

This work aimed at analyzing the e-learning resources and methodologies, used through the virtual learning environments (VLEs), in the graduation courses and/or disciplines in two private educational institutions in Belo Horizonte, state of Minas Gerais, Brazil. The research method adopted was the *case study*: on the one hand, qualitative research was developed by carrying out interviews with teachers and coordinators of these two institutions. On the other hand, a quantitative research was also developed, by half-structured surveys applied to the students who chose this kind of learning method, in order to investigate these students' profiles as well as to verify whether the VLEs helped in the learning processes of these students. In this way, a better view of the problem was achieved. The research enabled checking that both teachers and students, in the two institutions, realized that the VLEs had resources which facilitated the teaching/ learning process, providing new educational possibilities for students and teachers. However, it is necessary to highlight that the students had no clear conception about "time" as they believe that, when studying in this modality, they would not have to dedicate to the studies in a non-synchronized way with the physical presence education. A study on the teaching resources and methodologies used in the VLEs was also carried out, observing that these resources are in constant improvement and considering that the interactivity among students and teachers is still questionable in this teaching modality as well as the type of capacitating training offered by the institutions to the teachers. The need to promote improvement on the e-learning systems, in both institutions, was also ascertained. In that sense, it was observed that the VLEs were in favor of the process teaching / learning, however, resources and methodologies used did not follow a single model, with a diversification in the use of the same in relation to the practices adopted by teachers.

Key-words: E-learning. Virtual learning environments. Teaching methodologies.

LISTA DE FIGURAS

FIGURA 1 - Diagrama de utilização no software <i>LMS</i> do usuário Aluno	25
FIGURA 2 - Diagrama de utilização no software <i>LMS</i> do usuário Professor/Tutor...	26
FIGURA 3 - Diagrama das funções a serem exercidas pelo Administrador no software <i>LMS</i>	26
FIGURA 4 - Diagrama de atribuições do Suporte Tecnológico em relação ao software <i>LMS</i>	27
GRÁFICO 1 - Recursos mais utilizados pelos professores	44
GRÁFICO 2 - Influência na atuação profissional	53
GRÁFICO 3 - Tempo semanal dedicado aos estudos	55
GRÁFICO 4 - Vantagens ao estudar na modalidade de EAD	55
GRÁFICO 5 - Desvantagens ao estudar na modalidade de EAD	56

LISTA DE TABELAS

TABELA 1 - Atuação dos professores e o processo de aprendizagem	44
TABELA 2 - Disponibilização e estruturação do material didático	45
TABELA 3 - Forma de disponibilização e formato do material didático	45
TABELA 4 - Nível de complexidade das avaliações na modalidade de EAD	46
TABELA 5 - Critérios adotados nas avaliações da EAD	46
TABELA 6 - Motivos que levaram a optar pela EAD	53
TABELA 7 - Domínios da tecnologia e de recursos para a EAD	54
TABELA 8 - O Ambiente virtual de aprendizagem adotado pela Instituição	64
TABELA 9 - Contribuições da utilização do Ambiente virtual de aprendizagem	65

LISTA DE SIGLAS

AVA – Ambiente virtual de aprendizagem

IUVB - Instituto Universidade Virtual Brasileira

LMS - *Learning management system*

MEC – Ministério da Educação e Cultura

TI – Tecnologia da informação

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	12
2 APORTES TEÓRICOS: CONCEITUANDO E ENTENDENDO A EAD	17
2.1 As possibilidades e as limitações na prática em EAD	18
2.2 Os Ambientes virtuais de aprendizagem: Uma breve introdução	21
2.2.1 Os Ambientes virtuais de aprendizagem: As novas possibilidades no ensino	22
3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS	29
3.1 Situando o campo da pesquisa: A contextualização da EAD na instituição “A”	32
3.2 Situando o campo da pesquisa: A contextualização da EAD na instituição “B”	34
4 CONHECENDO OS ATORES DA PESQUISA	36
4.1 Os coordenadores da EAD nas instituições selecionadas	36
4.2 Uma visão dos professores e um foco sobre as suas respectivas experiências profissionais na EAD	37
4.3 Os alunos da EAD	40
5 A PRÁTICA DOCENTE NA EAD	41
6 O PERFIL DO ALUNO DA EAD	52
7 A EAD NOS CURSOS PRESENCIAIS DE GRADUAÇÃO	59
8 CONSIDERAÇÕES FINAIS	67
BIBLIOGRAFIA	70
APÊNDICES.....	73
ANEXOS	80

1 INTRODUÇÃO

Nos últimos 15 anos, observou-se uma profunda reestruturação da ordem mundial que foi ditada pelo progresso da tecnologia da informação (TI) em ritmo avassalador. Diante desse cenário de transformação, a educação também sofreu mudanças e influências, como:

- a) o uso da Internet como provedor educacional;
- b) o conhecimento como principal recurso competitivo;
- c) o desafio das instituições de ensino para adequarem os seus currículos às características da Sociedade da Informação;
- d) o estímulo à inovação tecnológica e à interação universidade-empresa.

Nesse sentido, todas as mudanças nortearam uma série de adequações que foram promovidas no campo educacional as quais alavancaram significativas transformações na educação.

Com a evolução das tecnologias digitais, a modalidade de Educação a Distância (EAD) ganha destaque como uma alternativa à educação presencial, possibilitando uma nova perspectiva: o ensino e a aprendizagem colaborativa através da rede.

Segundo Litwin (2001), a Educação a Distância surgiu e se desenvolveu como uma resposta às necessidades educacionais, sendo incorporada ao ensino através de diferentes tecnologias. Inicialmente, fazendo uso de livros ou manuais, mais tarde, nos anos 70, através do rádio, em seguida, por meio da televisão, unindo, áudio e vídeo nos anos 80 e, finalmente, na década de 90, através das redes de comunicação e satélites, principalmente por meio do fenômeno da rede mundial de computadores – a Internet.

Segundo Oliveira, Costa e Moreira (2004), a EAD pode viabilizar o acesso à um grande número de alunos, pois, através dela, é possível promover a troca de informações, de forma bidirecional, entre os envolvidos no processo de ensino/aprendizagem, em espaços e tempos diferentes, ao contrário da forma presencial de ensino, em que professores e alunos têm que, necessariamente, estar em um mesmo lugar ao mesmo tempo. Conforme essa perspectiva, a EAD poderia promover uma maior flexibilização e democratização do acesso à educação e do conhecimento, uma vez que “expande a oportunidade de ensino para um número

maior de pessoas, atendendo a regiões mais distantes onde, mesmo o ensino presencial, ainda é restrito a um contingente pequeno de alunos.” (OLIVEIRA, COSTA e MOREIRA, 2004, p. 137)

Diante dessa nova perspectiva de educação, apoiada nas tecnologias digitais, surgiu o interesse em pesquisar como a EAD poderia tornar-se uma nova alternativa ou suporte nos cursos de graduação, face à modalidade presencial. Baseado nesse pressuposto de que a EAD estaria a favor do ensino/aprendizagem no ensino presencial, surgiram vários questionamentos. Dentre eles pode-se destacar: Quais seriam as contribuições em se utilizar essas novas tecnologias digitais para potencializar o aprendizado do aluno vivenciando o contexto presencial? Como a Educação a Distância poderia auxiliar na redução das deficiências do processo de ensino presencial da graduação?

Essas questões foram o ponto de partida para proposta de pesquisa, que teve como objetivo geral avaliar os recursos e as metodologias de ensino da EAD nos cursos de graduação nas instituições pesquisadas.

Foram objetivos específicos da pesquisa:

- a) investigar os recursos e as metodologias de ensino da EAD para os diferentes cursos e/ou disciplinas;
- b) investigar o perfil do aluno atendido por esta modalidade de ensino;
- c) discutir as perspectivas e as políticas de utilização da EAD para oferta de até 20% da carga horária nos cursos de graduação presencial, conforme regulamentação da Portaria nº 4.059;
- d) investigar os elementos didáticos envolvidos no processo de ensino/aprendizagem desta modalidade;
- e) avaliar os ambientes virtuais de aprendizagem utilizados nas instituições pesquisadas.

A partir desses objetivos, no presente trabalho, foram eleitas as seguintes questões abaixo relacionadas, sobre o ensino a distância nos cursos de graduação:

- a) qual seria a perspectiva de implementação dos 20% de disciplinas virtuais nos cursos de graduação presenciais e quais os critérios que determinariam a escolha dessas disciplinas e/ou cursos?
- b) como o professor perceberia o processo de transposição da modalidade presencial para a virtual?

- c) quais metodologias de ensino deveriam ser utilizadas em um ambiente virtual de aprendizagem?
- d) quais seriam os critérios de escolha para a oferta das disciplinas na modalidade de EAD?
- e) qual seria o perfil do aluno que optaria por essa modalidade de ensino?
- f) quais seriam os elementos didáticos (planejamento, objetivos, métodos, recursos, conteúdos e avaliação) envolvidos na modalidade de EAD?

O estudo teve como referenciais teóricos a abordagem de Giusta e Franco (2003), que discute a articulação entre a teoria e a prática da EAD, focando principalmente as perspectivas que envolvem a EAD e as concepções do processo ensino/aprendizagem voltadas para essa modalidade de educação. Foram também utilizadas como base dessa pesquisa a abordagem de Costa e Oliveira (2004), que tratam da informação e do conhecimento no processo educativo através do uso dos ambientes informatizados de aprendizagem. Além dos referenciais teóricos acima citados, outros autores como Moran (2002), Moore (1996), Litwin (2001), Peters (2003), Castells (1999), Grinspun (1999), permitiram desenvolver uma discussão sobre o verdadeiro papel da escola no mundo globalizado e interconectado; as contribuições que a EAD poderia trazer para a democratização do ensino; as tendências da educação nos dias atuais em um futuro próximo; os cuidados com a “virtualização” do processo ensino/aprendizagem e também como as redes interativas de computadores estão alterando as nossas vidas.

Esses teóricos serviram de referências científicas para o estudo que teve como campo de pesquisa duas instituições particulares de ensino superior, as quais ofertam disciplinas e/ou cursos na modalidade de EAD na cidade de Belo Horizonte, no Estado de Minas Gerais. Foram utilizadas, na pesquisa, fontes documentais e orais, que se encontram especificadas e caracterizadas na seção 3, que trata dos procedimentos metodológicos.

Para a análise da questão, foram considerados não apenas os aspectos relativos aos recursos e as metodologias de ensino da EAD nos cursos de graduação como também a experiência profissional na EAD dos professores entrevistados, destacando-se as características, as dificuldades e as alternativas apontadas em suas práticas, bem como as discussões desses professores em relação às normas institucionais e a implementação da EAD em suas respectivas práticas de ensino. Foram consideradas as reflexões dos professores sobre as

interferências dos recursos e das metodologias de ensino em sua atuação na EAD.

A seleção desses professores levou em consideração os diferentes tempos de atuação profissional na EAD, bem como as áreas de formação desses profissionais, nesse caso, das áreas de exatas e humanas. Desta forma, pretendeu-se ter uma visão mais abrangente da prática da EAD nas instituições pesquisadas.

Buscou-se, ainda, diferentes atores: coordenadores, assessor pedagógico e alunos envolvidos na EAD, os quais desempenharam diferentes papéis nesse contexto, buscando-se, dessa maneira, encontrar os subsídios para as indagações elucidadas na pesquisa.

Os dados obtidos foram analisados à luz dos referenciais teóricos que embasaram a pesquisa, com o intuito de captar as percepções dos atores envolvidos sobre a utilização adequada dos recursos e das metodologias de ensino da EAD nos cursos de graduação.

A pesquisa foi estruturada em oito seções, com o objetivo de elucidar as questões propostas, buscando-se promover o diálogo com os referenciais teóricos, conforme descritos abaixo.

Na seção 1, é apresentada uma breve contextualização da EAD. Em seguida, são expostos os objetivos da pesquisa, os referenciais teóricos e a descrição do campo observado.

Na seção 2, são feitas as abordagens teóricas que sustentaram a pesquisa: Conceituando e entendendo a EAD. Essas abordagens constituíram uma perspectiva de se pensar e entender a Educação a Distância, apontando uma visão crítica sobre as formas de utilização desta modalidade de ensino, com vistas a atender aos desafios da contemporaneidade. A análise foi feita à luz de teóricos que vêm tratando essas questões, dentre os quais se destacam Giusta e Franco (2003), Costa e Oliveira (2004), Moran (2002), Moore (1996), Litwin (2001), Peters (2003), Castells (1999) e Grinspun (1999).

A seção 3 se divide em dois momentos: no primeiro, são descritos os procedimentos metodológicos da pesquisa, enfocando os atores e a metodologia utilizada para o seu desenvolvimento; no segundo, faz-se a contextualização dos campos da pesquisa, com destaque para a sua relação com a EAD.

Na seção 4, são caracterizados todos os atores envolvidos na pesquisa: coordenadores, professores, assessor pedagógico e alunos. Em relação ao corpo docente, foi traçado o perfil geral do grupo, destacando, ainda, a experiência

profissional de cada um.

A seção 5 trata das práticas pedagógicas desenvolvidas na EAD, levando-se em consideração as metodologias de ensino e os demais elementos didáticos utilizados pelos professores entrevistados nos diferentes cursos e/ou disciplinas da EAD e também as percepções dos demais atores envolvidos.

A seção 6 aborda o perfil do aluno da EAD, buscando uma contextualização dos alunos selecionados, considerando os motivos pelos quais optaram pela EAD, assim como as implicações de permanecerem nessa modalidade de ensino.

Na seção 7, analisa-se a percepção dos coordenadores e dos professores sobre a EAD nos cursos presenciais de graduação, destacando-se as suas perspectivas e políticas de utilização para oferta de até 20% da carga horária nos cursos presenciais e, também, o posicionamento destes mesmos diante das normas institucionais.

Finalmente, na seção 8, são expostas as considerações finais, que representam uma tentativa de responder à temática básica do estudo: os ambientes virtuais a favor da aprendizagem.

2 APORTES TEÓRICOS: CONCEITUANDO E ENTENDENDO A EAD

De forma generalista, pode-se definir a EAD, no contexto atual, como uma modalidade de educação que independe do tempo sincronizado e do espaço geográfico na relação ensino/aprendizagem entre professor e aluno, predominando o uso das tecnologias digitais. Por conseqüência, essas tecnologias implicam na constituição de novos papéis e novas atitudes, gerados em função da EAD, para esses alunos e professores, provocando também o surgimento de novos enfoques metodológicos. Para melhor caracterizar a EAD, serão expostas a seguir as definições de alguns autores:

Para Alves e Nova (2003), a concepção de EAD, em geral, deve partir da mediação das Tecnologias da Informação e Comunicação, e não apenas de um setor especializado desta. Para os autores:

Literalmente o conceito de EAD remeteria a qualquer modalidade de transmissão de informações e/ou construção de conhecimentos sem a presença simultânea dos envolvidos. A Educação a Distância como uma das modalidades de ensino/ aprendizagem, possibilitada pela mediação dos suportes tecnológicos digitais e de rede, seja esta inserida em sistemas de ensino presenciais, mistos ou completamente realizada por meio da distância física. (ALVES; NOVA, 2003, p. 02)

A seguir, Moran (2004) aborda o conceito de Educação a Distância, bem como suas especificidades e, posteriormente, destaca as diferentes tecnologias utilizadas nesta modalidade de ensino.

Educação a Distância é o processo de ensino-aprendizagem, mediado por tecnologias, onde professores e alunos estão separados espacial e/ou temporalmente. É ensino/aprendizagem onde professores e alunos não estão normalmente juntos, fisicamente, mas podem estar conectados, interligados por tecnologias, principalmente as telemáticas, como a Internet. Mas também podem ser utilizados o correio, o rádio, a televisão, o vídeo, o CD-ROM, o telefone, o fax e tecnologias semelhantes. (MORAN, 2004, p.25)

Para Moore (1996), a Educação a Distância é o processo de ensino-aprendizagem planejado, que normalmente acontece quando professor e aluno encontram-se em espaços físicos diferentes. Afirma ainda que esse processo exige técnicas de *course design*¹, técnicas de ensino especiais, métodos de comunicação por mídias eletrônicas e outras tecnologias.

Nesse mesmo enfoque, Giusta (2003), afirma que o papel da Educação a

¹ *Course design* significa planejamento ou projeto de curso, concepção de um curso.

Distância deve privilegiar a formação humana e cidadã dos indivíduos. Para a autora, Educação a Distância pode ser entendida como:

[...] uma modalidade flexível de educação, pela qual professores e alunos se envolvem em situações de ensino/aprendizagem, em espaços e tempos que não compartilham fisicamente, utilizando-se de mediação propiciada por diferentes tecnologias, principalmente pelas tecnologias digitais. (GIUSTA, 2003, p.26)

Percebe-se que, diante das diferentes definições sobre a EAD, existe uma unanimidade no que tange a distância física dos envolvidos neste processo de ensino/aprendizagem, bem como a utilização das diferentes tecnologias digitais.

A seguir, serão apresentadas algumas possibilidades e limitações das práticas na Educação a Distância, em relação às novas demandas de um mundo globalizado e interconectado.

2.1 As possibilidades e as limitações na prática em EAD

Diante da crescente demanda pela utilização das tecnologias digitais na educação, surgem inúmeras possibilidades para se promover o processo de ensino/aprendizagem. Com as necessidades geradas pela nova ordem econômica mundial, os educadores e pesquisadores reinventam novas metodologias de Educação e novos processos avaliativos. Em face de esse cenário, os espaços educacionais vêm-se transformando, reorganizando-se, a fim de se buscar uma flexibilização dos currículos.

Moran (2004) afirma que a educação nos dias atuais perpassa pelo presencial e pelo virtual, combinando tempos e espaços, promovendo a flexibilização dos currículos e dando ênfase à utilização dessas tecnologias digitais na constituição de novos espaços de aprendizagem e de novas práticas educacionais.

Litwin (2001) defende que os suportes educacionais se transformaram em todo o mundo, diante das novas possibilidades de comunicação, sendo que:

Por trás da EAD, do mesmo modo que de um curso presencial, encontram-se docentes que escrevem os programas, os guias, as atividades e que selecionam os textos ou a bibliografia. A qualidade dessas propostas é que proporciona a qualidade do programa ou projeto. Se, além da qualidade dos materiais, assegurarmos que a relação com o docente seja efetiva, que o correio ou o fax funcionem e que as perguntas dos estudantes sejam não só respondidas, mas estimuladas, estamos falando de educação. (LITWIN, 2001, p.11)

Em relação à prática pedagógica, Giusta (2003) alerta que a EAD tem como pressuposto primordial a autonomia intelectual do aluno para a realização das suas atividades. É necessária uma atenção muito especial a esse quesito, pois o aluno não deve ser considerado um autodidata. Deverá contar com todo um suporte educacional, onde o professor se torna uma peça-chave na promoção do processo de ensino/aprendizagem, não sendo um simples transmissor e verificador de conteúdos, mas assumindo um papel de mediador, articulador crítico e criativo, que interaja e que motive os alunos, preparando-os para lidar com situações problema, projetos e situações de aprendizagem, através do ambiente virtual de aprendizagem (AVA), buscando a máxima interação possível entre o elemento humano (professores e alunos) com e através das ferramentas disponíveis (fóruns de discussão, correio eletrônico, *chats*, *blogs*, sons e vídeos, simulações entre outros).

Vale ressaltar que a incorporação das tecnologias digitais na EAD, por si só, não poderá ser considerada como a solução das problemáticas existentes na educação presencial. Essas tecnologias devem ser vistas como mais uma possibilidade de aproximação e comunicação entre professores e alunos, e entre alunos e alunos, possuindo assim um valor relativo. Para Giusta (2003), é necessário se ter cautela ao se discutir o tema EAD, no sentido de não sobrepor o conceito de tecnologia sobre o de pedagogia. Segundo a autora, é um conjunto de fatores que gera um processo ensino/aprendizagem capaz de atingir os objetivos desejáveis, e afirma que o valor da EAD está na

[...] qualidade do projeto pedagógico a ser implementado: seus objetivos, a concepção de processo ensino/aprendizagem adotada, a pertinência e a atualidade dos conteúdos, as estratégias didáticas, as relações entre os participantes, a liberdade para buscar informações e colocar e discutir problemas reais levantados pelo grupo. (GIUSTA, 2003, p. 28)

Seguindo essa mesma linha de pensamento, de que a tecnologia por si só não será o fator determinante para promoção de uma educação de qualidade, Grinspun (1999) afirma que:

[...] a educação no mundo de hoje tende a ser tecnológica, o que, por sua vez, vai exigir o entendimento e interpretação de tecnologias. Como as tecnologias são complexas e práticas ao mesmo tempo, elas estão a exigir uma nova formação do homem que remeta à reflexão e compreensão do meio social em que ele se circunscreve. Esta relação – educação e tecnologia – está presente em quase todos os estudos que têm se dedicado a analisar o contexto educacional atual, vislumbrando perspectivas para um novo tempo marcado por avanços acelerados. (GRINSPUN apud Bastos, 1999, p. 25)

A partir das impressões ressaltadas pela autora, fica evidente que a educação em todos os seus níveis e, principalmente no nível superior, não poderá e nem deverá ficar à margem das constantes evoluções tecnológicas que podem contribuir de forma direta ou indireta para a construção e difusão do conhecimento, segundo ela:

[...] a educação passa a ocupar, hoje, junto com as políticas de ciência e tecnologia, um lugar central nas decisões macropolíticas do Estado em termos de qualificação dos recursos humanos exigidos pelo novo padrão de desenvolvimento, sendo este um dos consensos do debate sobre políticas educacionais em nível internacional. A Lei nº 9.394/96 das Diretrizes e Bases da Educação Nacional traz referências explícitas e implícitas sobre tecnologia, como o domínio dos princípios científicos e tecnológicos que presidem a produção moderna (art. 35); o incentivo ao trabalho de pesquisa e investigação científica, visando ao desenvolvimento da ciência e da tecnologia (art. 43); a determinação de uma educação profissional, integrada às diferentes formas de educação, ao trabalho, à ciência e à tecnologia (art. 39). Na Declaração Mundial sobre Educação Superior da Unesco, em 1998, encontramos, também, a necessidade de se rever a educação superior, uma vez que ela está sendo desafiada por novas oportunidades relacionadas a tecnologias que têm melhorado os modos pelos quais o conhecimento pode ser produzido, administrado, difundido, acessado e controlado. Seja uma análise teórica, seja uma proposta prática, não há como separar a tecnologia e suas estreitas relações *com e na* educação. (GRINSPUN apud Mello, 1999, p. 25 e 26).

Um outro fato que deve ser repensado em relação à EAD, é a idéia que se tem de que EAD é uma modalidade de educação barata, que apresenta custos reduzidos com pessoal e com o suporte tecnológico necessário à sua implementação. Nesse sentido Giusta (2003) aponta que,

Em síntese, pretender democratizar a educação por meio da EAD, como solução barata, significa optar pelo aprofundamento das desigualdades educacionais de todos os tipos, correr o risco de perder a nave da história, enfim, estar condenado ao fracasso e à perda da soberania. (GIUSTA, 2003, p. 37)

Vale ressaltar que a EAD pode oferecer grandes possibilidades de democratização do ensino, mas, em contrapartida, exigirá grandes investimentos em recursos didático-tecnológicos.

Nesse sentido, Seixas (2006) enfatiza que, para se realizar EAD nos dias atuais, deve-se prever o uso das tecnologias digitais, contando com pessoal especializado para elaborar materiais didáticos de qualidade, professores-tutores capacitados e ambientes virtuais de aprendizagem (AVA) bem estruturados, a fim de que se possa configurar um modelo de EAD mais dinâmico e eficiente. O autor ressalta que para a configuração desse modelo, serão exigidos recursos financeiros que, podem pesar no orçamento das instituições de ensino, sendo assim, percebe-

se a necessidade de consideráveis investimentos para sua implementação.

Será apresentado a seguir um breve histórico evolutivo da EAD e as características e possibilidades que os ambientes virtuais de aprendizagem podem oferecer para essa modalidade de educação.

2.2 Os ambientes virtuais de aprendizagem: Uma breve introdução

Pode-se dizer que a modalidade de Educação a Distância assumiu um papel de destaque, em nível mundial, após o surgimento da rede mundial de computadores, a Internet. Segundo Azevedo (2005), existiu uma EAD antes da Internet e existe uma outra após. O autor enfatiza que, antes, tinha-se uma EAD que se utilizava de sistemas unidirecionais, com pouquíssima interação entre alunos e professores, como é o caso, por exemplo, do ensino por correspondência, ou através do rádio ou da televisão. Com o surgimento da Internet, as formas de entrega dos conteúdos na EAD foram diversificadas, incorporando-se som, imagem, vídeo, simulação, (multimídias), constituindo um canal de comunicação bidirecional, permitindo aumento do volume e da velocidade na troca de informações nunca vistos anteriormente, independentemente do tempo ou do lugar onde os professores e alunos poderiam estar. A EAD, apoiada por essa rede de computadores, fez com que a sociedade e as próprias universidades mudassem o seu olhar sobre essa modalidade de educação.

Segundo Castells (1999), “uma revolução tecnológica concentrada nas tecnologias da informação está remodelando a base material da sociedade em ritmo acelerado”.

Em relação às redes interativas, que foram criadas a partir do advento da Internet, Castells (1999), afirma que “as redes interativas de computadores estão crescendo exponencialmente, criando novas formas e canais de comunicação, moldando a vida e, ao mesmo tempo, sendo moldadas por ela”. Nesse sentido, pode-se notar o crescente uso da Educação a Distância e, sendo esse crescimento proporcional aos avanços da TI (Tecnologia da Informação), que acontecem a passos largos, incrementando e facilitando a comunicação entre alunos, professores e administradores dos sistemas, independente do tempo e do espaço em que estes

possam estar inseridos.

Em função dessa evolução tecnológica, atual e necessária, Prates & Loyolla (2001) destacam que a EAD pode ser caracterizada em três gerações:

- a) Geração textual – O auto-aprendizado era baseado em textos simples, sendo entregues os materiais impressos geralmente via correio. Essa geração predominou até os anos 60.
- b) Geração analógica – O auto-aprendizado era baseado em textos com suporte intenso de recursos como áudio e vídeo (Rádio e TV). Essa geração predominou dos anos 60 aos anos 80.
- c) Geração digital - O auto-aprendizado tem como suporte, quase exclusivo, recursos tecnológicos altamente diferenciados e interativos. A geração digital é a que predomina atualmente.

Partindo do pressuposto de que a Educação a Distância tende a apoiar-se, cada vez mais, em tecnologias emergentes, como computadores, telemática, múltiplos tipos de redes, multimídia, hipertextos, realidade virtual, Internet, entre outras mídias da moderna TI, em contexto de intenso uso tanto na perspectiva dos processos educativos, quanto tecnológicos, pode-se dizer que a EAD está firmando-se como um sistema tecnológico de comunicação bidirecional, que promove a ação sistemática e conjunta de diversos recursos didáticos. Os sistemas mais utilizados atualmente, para prover o suporte à EAD, são denominados de ambiente virtual de aprendizagem (AVA), que se constitui em uma peça fundamental para a Educação a Distância na criação, desenvolvimento e difusão dos conteúdos e dos cursos. Para um melhor entendimento desses AVA, serão elucidados os conceitos e funcionalidades que estes oferecem e como podem contribuir para o processo de ensino/aprendizagem.

2.2.1 Os Ambientes Virtuais de Aprendizagem: As novas possibilidades no ensino

Costa, Oliveira e Moreira (2004) caracterizam os ambientes virtuais de aprendizagem como sistemas computacionais destinados ao suporte de atividades mediadas pelas tecnologias de informação e comunicação. Esses sistemas permitem integrar múltiplas mídias, linguagens e recursos, apresentar informações

de maneira organizada, desenvolver interações entre pessoas e objetos de conhecimento, elaborar e socializar produções, tendo em vista atingir determinados objetivos. É um espaço virtual, onde são disponibilizadas ferramentas destinadas a permitir o acesso a um curso e/ou disciplina para a EAD e também a interação entre a comunidade envolvida no processo de ensino/aprendizagem (alunos, professores, monitores e suporte tecnológico). Os ambientes virtuais de aprendizagem rompem os limites da sala de aula presencial e favorecem a formação de comunidades virtuais de aprendizagem. De maneira geral, entende-se que comunidades virtuais são comunidades de pessoas compartilhando interesses comuns, idéias e relacionamentos por meio da Internet ou de outras redes colaborativas.

De acordo com Costa e Oliveira (2004), para que um AVA realmente contribua para o processo de aprendizagem, seria necessário que este proporcionasse aos alunos a aprendizagem de conteúdos, atitudes e habilidades, e, conseqüentemente, o desenvolvimento de esquemas cognitivos. Para que ocorra esse processo de construção do conhecimento, deverá existir uma excelente orientação docente que tomará o aluno como o centro desse processo. Com o universo de possibilidades oferecidas pelos AVA, poderão ser utilizadas estratégias multi e interdisciplinares, permitindo uma integração total dos conteúdos das diversas áreas do conhecimento. Os autores defendem, ainda, a integração crítica da TI no processo educativo, pois a tecnologia por si só não terá autonomia para a condução do processo ensino/aprendizagem. A verdadeira proposta é que os AVA possam servir como uma tecnologia intelectual de grande potencial, ou seja, essa tecnologia deverá servir como um apoio no processo de ensino/aprendizagem, enriquecendo a atividades desenvolvidas pelos alunos em cursos a distância. Sob essa ótica, os autores acreditam que os AVA poderão proporcionar uma qualidade crescente para o processo educacional.

Atualmente, existem vários tipos de AVA que podem ser utilizados como uma ferramenta de auxílio ao ensino presencial, bem como para efetivamente disponibilizar cursos e/ou disciplinas totalmente a distância. A característica comum entre eles é a possibilidade de ofertar uma sala de aula virtual para o acompanhamento dos alunos e o desenvolvimento de vários tipos de atividades de aprendizagem.

Os AVA permitem realizar as seguintes tarefas:

- a) acessar conteúdos e atividades de um curso ou disciplina;

- b) promover atividades como fóruns de discussão, *chats*, construção de glossários, propiciando a aprendizagem;
- c) interagir com os colegas de forma virtual, trocando idéias, debatendo ou colaborando com seus trabalhos, propiciando a aprendizagem colaborativa;
- d) interagir com o professor/tutor;
- e) acompanhar a trajetória dos aprendizes através de relatórios de atividades.

Uma forte tendência que se pode observar atualmente na construção de ambientes virtuais de aprendizagem, para cursos elaborados na modalidade de EAD, é a utilização dos chamados *Learning Management System (LMS)*, que têm a finalidade de promover uma melhor administração, elaboração e difusão desses cursos.

O *LMS* é uma classe de *software* destinado à automatização da administração e distribuição dos eventos de ensino a distância. Algumas das funções desse tipo de *software* se resumem a registrar usuários, trilhar cursos em um catálogo e gravar dados de alunos. Também oferece suporte para lidar com cursos para múltiplas publicações e provedores, além de ser altamente compatível com cursos criados por uma variedade de outras fontes. A classe de *software LMS* poderá ser utilizado por alunos, professores/tutores, administradores e suporte tecnológico, sendo que cada um deles terá acesso às suas funcionalidades de acordo com uma estrutura hierárquica, abordada mais adiante.

Existem vários softwares *LMS* que apresentam uma mesma estrutura padrão, oferecendo as mesmas finalidades. Há os *softwares* que são pagos e os que não são pagos, ou ditos livres. Para utilizar os *softwares LMS* pagos, a empresa ou instituição de ensino terá que arcar com um determinado custo por cada licença, para utilizar esse *software* em um determinado número de computadores, de acordo com as suas necessidades. No caso de se optar em utilizar a classe de *software LMS* livres, não existe nenhum tipo de custo referente a essas licenças.

Conforme mencionado anteriormente, existem vários tipos de softwares *LMS* disponíveis e, com o intuito de promover um melhor entendimento da estrutura básica existente nesses *softwares*, serão apresentados alguns exemplos de diagramas que esboçam as funcionalidades e a forma de acesso dos usuários aluno, professor/tutor, administrador e suporte tecnológico nessa estrutura, segundo uma escala hierárquica de utilização.

Normalmente, quando o *software LMS* é utilizado pelo usuário aluno, ao

acessar o curso e/ou disciplina em que estiver matriculado, ele precisará de um *login* e de uma senha.

Após receber a confirmação do seu acesso ao sistema, o aluno poderá acessar a listagem dos cursos e/ou disciplinas disponíveis, que poderá ser apresentada na forma de uma lista ou por meio de menus de acesso. O aluno escolherá o curso, selecionará algum objeto ou tópico do curso escolhido e, finalmente, visualizará seu conteúdo. A figura 1, ilustra sob a forma de um diagrama, todos os passos e possíveis acessos que o aluno poderá ter ao sistema. O aluno poderá, por exemplo, acessar um fórum de discussão e registrar os seus comentários. O usuário aluno geralmente não terá permissão para alterar ou excluir os conteúdos de um curso, pois esse papel será o do professor/tutor ou do administrador responsável pelo sistema. A classe de *software LMS* permite que cada aluno possa ser identificado e monitorado enquanto navega pelo curso, conforme o exemplo abaixo.

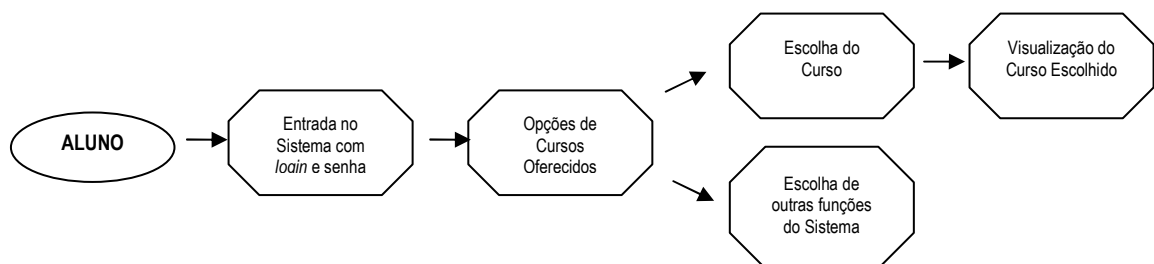


Figura 1: Diagrama de utilização no software LMS do usuário Aluno.
Fonte: Lucena, 2003, modificado.

O usuário professor/tutor também terá um login e uma senha específica, a fim de que possa ser identificado como tal. Entretanto, ele terá um acesso mais abrangente no sistema, se comparado com o acesso feito pelos alunos.

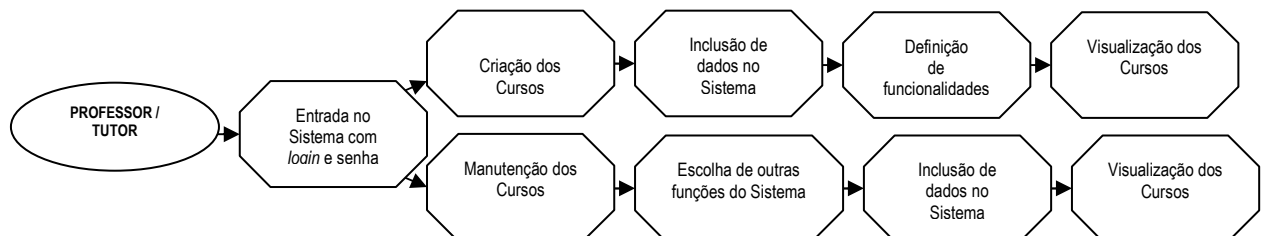


Figura 2: Diagrama de utilização no software LMS do usuário Professor/Tutor.
Fonte: Lucena, 2003, modificado.

A figura 2 ilustra as possíveis intervenções ou níveis de acesso que o professor/tutor poderá ter no sistema. O professor/tutor poderá ser o responsável pela criação dos cursos, pela inclusão ou exclusão de dados (conteúdos das disciplinas do curso) e pela definição das funcionalidades que serão disponibilizadas

em cada curso oferecido. A parte da manutenção dos cursos, no que diz respeito às atualizações necessárias para a realização destes, também poderá ser feita pelo professor/tutor.

Conforme ilustração na figura 3, o administrador do sistema ficará responsável pelo cadastramento, monitoramento de acessos e da geração de relatórios dos usuários que utilizarão o sistema, bem como a inclusão de algum dado ou ferramenta que um determinado curso venha necessitar.

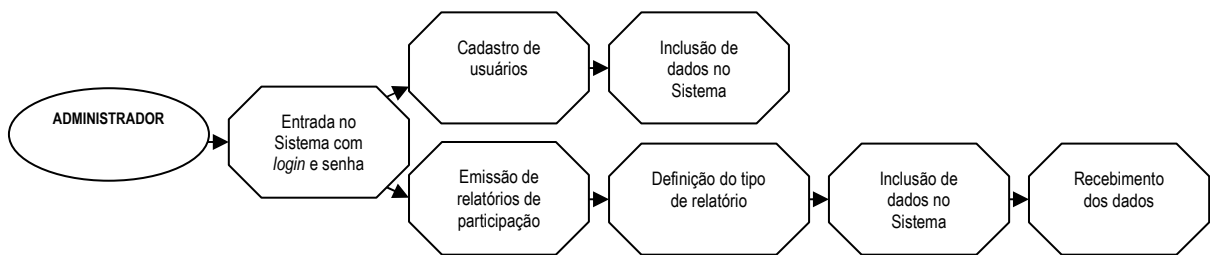


Figura 3 – Diagrama das funções a serem exercidas pelo Administrador no software LMS.
 Fonte: Lucena, 2003, modificado.

Para garantir o pleno funcionamento do LMS, é necessário que o suporte tecnológico, responsável pela instalação, configuração, atualização, manutenção e que esclarece as dúvidas sobre o sistema, esteja sempre alerta, a fim de solucionar qualquer pane que possa vir a ocorrer, garantido a estabilidade deste. É primordial e necessária a existência do suporte tecnológico para a implantação e manutenção de qualquer software LMS. Na figura 4, são ilustradas as funções desempenhadas pelo suporte tecnológico junto ao LMS.

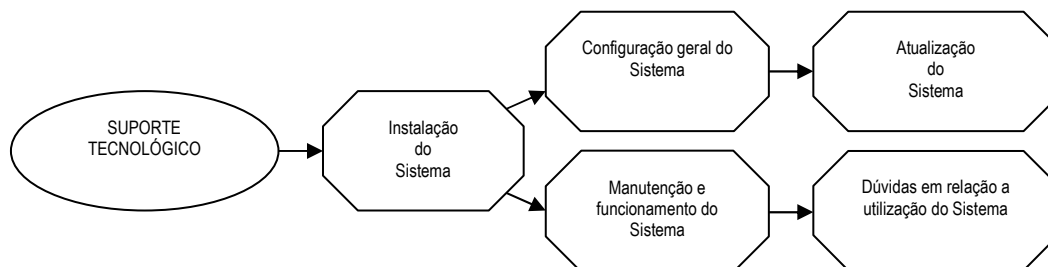


Figura 4 – Diagrama de atribuições do Suporte Tecnológico em relação ao software LMS.
 Fonte: Lucena, 2003, modificado.

Segundo Del Castillo (2005), os participantes ou usuários do LMS são: Administrador – responsável pela administração, configuração do sistema, inserção/exclusão de participantes e criação de cursos; o Professor/Tutor –

responsável pela edição e viabilização do curso e o Estudante/Aluno. Os usuários têm uma identidade única de acesso, isso significa que eles têm apenas um login e uma senha para os vários cursos que poderão vir a participar. Essa característica permite, por exemplo, que um usuário seja aluno em um curso e professor/tutor num outro curso.

As ferramentas que devem estar contidas no *software LMS*, para que este ofereça o suporte básico aos cursos e/ou disciplinas ofertados na modalidade a distância são:

- a) Ferramenta para avaliação do curso: Essa ferramenta incorpora os questionários para avaliação de cursos, voltados especificamente para os AVA, com o intuito de promover a avaliação dos processos de ensino/aprendizagem durante o curso.
- b) *Chat: Ferramenta síncrona*, que possibilita, por exemplo, a realização de uma discussão textual via web. Essa ferramenta possibilita a gravação das discussões geradas para estudos posteriores pelos alunos e também permite a mediação das discussões pelos professores/tutores.
- c) Fórum de discussão: Ferramenta assíncrona, que pode apresentar diversos tipos de estrutura, possibilitando a discussão sobre cada mensagem postada. As mensagens são visualizadas em diversos formatos e podem conter arquivos anexos. Os participantes do fórum podem ter a opção de receber cópias das novas mensagens via e-mail, e os professores, de enviar mensagens ao fórum, replicando-as para todos os participantes.
- d) Glossário: Ferramenta que possibilita aos alunos criar e manter uma lista de definições, sob a forma de um dicionário. Essa ferramenta também possibilita aos professores um intercâmbio dessas definições que poderiam estar em um glossário específico de algum curso, para um outro glossário mais abrangente, dentro do mesmo curso ou até mesmo em outros cursos.
- e) *Workshop*: Consiste numa atividade de avaliação entre pares (participantes) com uma vasta gama de opções. Os participantes podem avaliar os projetos executados pelos colegas de diversas maneiras.

O AVA também deve ser compatível com os denominados objetos de aprendizagem (Padrão *Scorm*), que são blocos de conteúdos sobre um determinado tema ou assunto que podem ser remanejados de um curso para outro. Devem conter

também as ferramentas de administração do sistema, a fim de permitir o controle dos participantes, como inscrições; cópias de segurança dos cursos; acesso aos arquivos de *logs*; *logs* da última hora; gerenciamento dos arquivos dos cursos; controle de notas etc.

Sobre os novos ambientes informatizados de aprendizagem, Costa e Paim (2004), destacam que,

É importante utilizar os recursos tecnológicos da era da informação – os sistemas de computação, hipermídia ou multimídia, entre outros – como elementos de mediação e auxílio à aprendizagem. Isso demanda a criação e o desenvolvimento de sistemas cooperativos nas redes de informação que permitem a interação entre os diversos atores do processo de aprendizagem, contribuindo para a criação de novos ambientes de aprendizagem que integrem os novos espaços do saber. (COSTA e PAIM, 2004, p. 37).

Esses ambientes informatizados deveriam promover a aprendizagem ao aluno, através da integração de todos os indivíduos envolvidos no processo. Nesse sentido, seria necessário prover um sistema onde o processo de ensino/aprendizagem, através da rede, fosse feito de forma colaborativa.

Serão expostos, na próxima seção, os procedimentos e a abordagem metodológica adotados no trabalho, baseados nos conceitos dos autores Bogdan e Biklen (1994), juntamente com a contextualização do campo de pesquisa.

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Tendo como objetivo o estudo dos recursos e das metodologias utilizados na Educação a Distância nos cursos de graduação, foi realizada uma pesquisa de cunho qualitativo, com uso de fontes documentais e orais, sendo enfatizadas essas últimas, buscando, assim, a partir da contextualização do campo de pesquisa em relação ao objeto considerado, captar as percepções dos atores sobre a questão.

A opção pela abordagem qualitativa baseou-se na necessidade de se compreender melhor o depoimento dos atores envolvidos, a fim de identificar o sentido atribuído por eles à Educação a Distância. A investigação qualitativa possibilita a compreensão do comportamento humano e de seus significados.

Nas investigações qualitativas, o pesquisador permanece grande tempo *in loco*, com o objetivo de elucidar as questões do objeto pesquisado e entender o contexto as quais as instituições pesquisadas estão inseridas.

Sabe-se que, para a coleta de dados, pode-se ou não utilizar equipamentos como vídeo e/ou gravador, mas sempre há necessidade do contato direto com o entrevistado para uma complementação dos dados fornecidos. Após a coleta desses dados no campo da pesquisa, o investigador desloca-se, sempre que possível, ao local de estudo, uma vez que o comportamento humano é influenciado pelo meio. A partir da fala dos atores envolvidos, o estudo qualitativo permitiu um detalhamento das práticas desenvolvidas na EAD uma vez que se buscou, nas entre linhas das entrevistas semi-estruturadas, os apontamentos que auxiliaram nas considerações finais dessa pesquisa.

Para Bogdan e Biklen (1994), na investigação qualitativa, a análise dos dados se assemelha a um funil, onde em um primeiro momento as questões estão abertas e no decorrer do processo vão tornando-se mais fechadas e específicas. Essa análise é descritiva, utilizando-se de citações para ilustrar e dar embasamento às conclusões obtidas. Os dados podem ser transcrições de entrevistas, notas de campo, fotografias, vídeos, documentos pessoais, memorandos e outros registros oficiais. Os investigadores buscam analisar os dados em todos os aspectos possíveis, mas sempre respeitando a forma e a idéia em que esses foram registrados ou transcritos, isso porque o significado da mensagem que o entrevistado está passando ao pesquisador tem importância vital na abordagem

qualitativa. Muitos pesquisadores, para se certificarem do significado da fala do entrevistado e até mesmo da sua interpretação, mostram as transcrições das entrevistas realizadas aos seus informadores principais.

O objetivo de se utilizar uma investigação qualitativa é compreender melhor o comportamento humano, bem como descrever e compreender os significados construídos nesse comportamento.

Espera-se, assim, que o processo de pesquisa seja de grande riqueza, revelando-se mais importante do que os resultados que ele proporcionou. A presença constante em campo e a atenção dispensada a todos os atores e detalhes envolvidos com o objeto de pesquisa foram determinantes, permitindo uma visão ampla e contextual das instituições pesquisadas. Nesse sentido, Bogdan (1994) afirma que: “São as realidades múltiplas e não uma realidade única que interessam ao investigador qualitativo.” (BOGDAN, 1994, p.49)

Utilizou-se então como aporte metodológico o estudo de caso, o qual deve estar bem delimitado e específico. É uma observação sistemática de uma instância específica, podendo ser similar a outros casos, mas é, ao mesmo tempo, distinto, devido ao seu interesse singular, o qual o torna único. Essa ênfase no particular é uma característica relevante do estudo de caso. Sua utilização é adequada quando o fenômeno a ser estudado tem a ver com um contexto real de vida, não requer controle do observado e reporta-se a dados atuais, sendo assim, buscou-se, por meio da observação, como se dá o processo de ensino/aprendizagem nos ambientes virtuais, bem como foram identificados os recursos e as metodologias de EAD utilizadas nos cursos de graduação.

É fato que os estudos de caso buscam a descoberta, onde o pesquisador deve estar sempre atento a elementos novos que podem surgir durante o estudo. Um dos pressupostos básicos nesse tipo de estudo é a interpretação dos dados no contexto no qual estes estão inseridos. Nessa metodologia, o pesquisador utiliza várias fontes de informação, como uma variedade de dados, coletados em diferentes momentos, em situações variadas e provenientes de diferentes informantes, retratando a realidade de forma mais completa. Sendo assim, a pesquisa em questão proporcionou o acesso às informações dos diferentes atores (coordenadores, professores, tutores e alunos) envolvidos na EAD, os quais desempenham diferentes papéis nesse contexto, a fim de buscar subsídios para as indagações levantadas na pesquisa.

A pesquisa foi realizada em duas instituições de ensino superior, nomeadas aqui de Instituição A e Instituição B. Vale destacar que as nomenclaturas A e B não indicam nenhum juízo de valor, no que tange ao desempenho das instituições selecionadas, sendo uma mera forma de organização do trabalho. A instituição A oferta disciplinas e cursos, os quais são organizados em módulos que podem ser entendidos como períodos semestrais, na modalidade de EAD, contudo para a pesquisa foi selecionado um curso na área de Ciências Humanas, com foco nos módulos I e III. A instituição B oferta disciplinas na modalidade de EAD e para a pesquisa foram selecionadas uma disciplina da área das Ciências Humanas e outra das Ciências Exatas. A escolha destes campos de pesquisa teve os seguintes determinantes:

- a) Foi de interesse desenvolver a pesquisa em instituições que tivessem professores trabalhando no contexto da EAD e que pudessem proporcionar uma visão geral dos recursos e das metodologias desenvolvidas, bem como dos atores envolvidos nesse processo e que esses estivessem realmente integrados e atuando com essa modalidade de educação. Esse ambiente favoreceu o desenvolvimento da pesquisa.
- b) Foi possível observar duas realidades distintas, pois as instituições selecionadas apresentavam históricos diferenciados na modalidade de EAD bem como, peculiaridades no AVA adotado por cada instituição, o que permitiu uma análise dos dois contextos envolvidos.
- c) As instituições em questão se encontravam de acordo com a legislação educacional brasileira, oferecendo 20% de disciplinas virtuais e/ou cursos, os quais já eram reconhecidos pelo MEC.

Para realização da pesquisa, foram utilizadas fontes documentais e entrevistas *in loco* nas duas instituições selecionadas. A pesquisa nas fontes documentais consistiu na análise de documentos legais sobre a Educação a Distância e de documentos das duas instituições. Em relação aos documentos legais foram analisados: LDB 9.394/96, de 20 de dezembro de 1996, a Portaria nº 4.059, de 10 de dezembro de 2004, o Decreto nº 5.622, de 19 de dezembro de 2005. Nas instituições foram localizados e analisados os documentos que dizem respeito ao objeto de estudo: Regimento Interno, Projeto Político Pedagógico, Atas de Reunião, Planos dos Professores e Programas.

Para as entrevistas foram considerados os Coordenadores, os Professores e

o Assessor Pedagógico, descritos como Coordenador (instituição A), Coordenador (instituição B), Professor 1 (instituição A), Professor 3 (instituição B), Professor 4 (instituição B) e Assessor Pedagógico 1 (instituição A). A escolha dos professores levou em consideração os diferentes tempos de atuação profissional na EAD e as diferentes áreas de formação (exatas e humanas), com o intuito de perceber se havia interferência na atuação desses professores diante de uma maior familiaridade com essa modalidade de ensino e diante de uma formação docente em diferentes áreas. Desta forma, pretendeu-se perceber como a EAD era desenvolvida nas instituições pesquisadas.

Foram realizadas entrevistas semi-estruturadas com os coordenadores (apêndice A), e com os professores selecionados (apêndice B), a fim de obter um aprofundamento das questões básicas desta pesquisa. A metodologia em questão permitiu que os atores envolvidos pudessem apresentar de maneira clara e consistente, os dados relacionados à prática da EAD. As entrevistas realizadas foram gravadas e posteriormente transcritas.

Foram aplicados a todos os alunos selecionados questionários estruturados (apêndice C), uma vez que se buscou analisar os dados fornecidos de um maior número possível de informantes.

Os dados coletados foram submetidos à análise qualitativa, à luz dos referenciais teóricos e contextuais da pesquisa e organizados em três eixos de análise: 1) As práticas pedagógicas na EAD, onde foram analisados os recursos e as metodologias de ensino utilizadas pelos professores entrevistados nos diferentes cursos e/ou disciplinas da EAD, bem como a percepção dos demais atores envolvidos; 2) O perfil do aluno da EAD que contextualiza os estudantes que buscam essa modalidade de ensino; 3) A EAD nos cursos de graduação presencial, que trata das políticas de implementação da EAD para a oferta de até 20% da carga horária nos cursos de graduação presencial e suas perspectivas.

3.1 Situando o campo da pesquisa: A contextualização da EAD na instituição “A”

A instituição A apresenta um núcleo dedicado exclusivamente à Educação a Distância. Esse núcleo era responsável por utilizar as tecnologias da informação e

da comunicação como ferramenta para adequar e flexibilizar os métodos de ensino tradicionais. Sob essa ótica, a instituição A busca na Educação a Distância uma maneira eficaz para oferecer um ensino de qualidade.

A missão específica do núcleo de EAD é a de prover a Educação a Distância, respeitando os princípios éticos e em sintonia com as aspirações da instituição A.

O principal propósito do núcleo de EAD da instituição A é o de possibilitar o intercâmbio de idéias e de materiais entre toda a comunidade on-line, buscando novas formas de ensinar e aprender, desenvolvendo competências cognitivas e estimulando a capacidade de criação, inovação e construção do conhecimento.

Segundo o histórico da instituição A, desde o ano de 1998 já eram desenvolvidas análises, pesquisas, simulações, testes e capacitações de docentes na área de EAD. Um grupo foi criado com o propósito de estudar e avaliar as características desta modalidade de educação, a fim de que este apresentasse um projeto de implementação de estratégias nas diversas áreas de atuação da Instituição.

No ano de 2001, a Instituição A deu início à utilização do seu Ambiente Virtual de Aprendizagem. No ano seguinte, foi criado o Programa de Educação Virtual, com o intuito de dar início à implantação gradativa e progressiva dessas novas tecnologias da educação, para apoiar o ensino presencial e também para a oferta de disciplinas a distância nos cursos de graduação.

Em 2003, foram expandidas ainda mais as ofertas de disciplinas para a graduação na modalidade a distância e também as disciplinas de apoio ao ensino presencial. No ano de 2004, a instituição recebeu o credenciamento para a oferta de cursos de pós-graduação e no início do ano de 2006, o credenciamento para oferta ampla de cursos na modalidade a distância.

Atualmente a instituição A oferta sistematicamente cursos de Graduação, Pós-graduação e um elenco de disciplinas independentes e de apoio ao presencial, na modalidade a distância.

O curso de Graduação ofertado pela instituição na modalidade a distância é o de Administração de Empresas. Vale ressaltar que a instituição A é integrante da IUVB - Instituto Universidade Virtual Brasileira, credenciada pelo MEC, atuando na realização de projetos conjuntos. Em nível de Pós-graduação, a instituição oferta cursos de especialização integralmente a distância. Os cursos ofertados são voltados para a área de gestão. Também são ofertadas 15 disciplinas a distância

aos alunos da graduação. Existem ainda as disciplinas híbridas, onde são mescladas aulas presenciais e a distância e a modalidade denominada de apoio ao presencial, sendo estendida a todas as disciplinas de todos dos cursos, através do Ambiente Virtual de Aprendizagem, que é disponibilizado a todos os professores, como uma possibilidade de extensão das atividades realizadas em sala de aula presencial.

Conforme determinação do Projeto Político Pedagógico, a metodologia adotada pela instituição A para a oferta dos cursos e/ou disciplinas a distância tem seu foco na educação, fazendo o uso da tecnologias digitais disponíveis como um insumo para subsidiar a eficácia dessa modalidade de educação. Há uma integração na equipe da instituição A, para elaboração dos materiais, com autores, professores e coordenadores. Os materiais didáticos são elaborados visando aos momentos de auto-aprendizagem e inter-aprendizagem. A instituição busca manter-se atualizada sobre a realidade da Educação a Distância e a busca de novos meios pedagógicos e tecnológicos fazem parte de sua avaliação contínua e progressiva.

A EAD da instituição A é composta por um coordenador tecnológico, um coordenador pedagógico, por profissionais da área de *web design*, por um revisor de linguagem, dois monitores e um assessor pedagógico.

3.2 Situando o campo da pesquisa: A contextualização da EAD na instituição “B”

A instituição B mantém um setor dedicado ao ensino a distância e que conforme indicação do seu Projeto Político Pedagógico, tem como proposta a criação de novas metodologias e recursos pedagógicos orientados para a melhoria do processo ensino/aprendizagem. Esse setor surgiu devido à necessidade de permitir maior liberdade na administração do tempo dos seus alunos, com o intuito de propiciar o desenvolvimento da sua autonomia.

O núcleo de EAD da instituição B tem como missão a formação de profissionais voltados para o mercado de trabalho, pautados pelo comportamento ético.

A instituição utiliza um sistema de EAD, onde são enviados e recebidos os

materiais didáticos, sendo que as avaliações são presenciais, obedecendo às normas institucionais e do MEC.

No ano de 2001, a instituição B iniciou o seu primeiro trabalho em EAD, ofertando o curso a distância sobre a Lei de Responsabilidade Fiscal, que contou com a participação de onze prefeituras de municípios de Minas Gerais.

A instituição B implementou em caráter experimental, no ano de 2003, uma disciplina da área das ciências exatas e uma na área das ciências humanas, na modalidade a distância. Com base nessa experiência, ainda no ano de 2003, a instituição ampliou a oferta de disciplinas a distância, passando a oferecer, mais três disciplinas, na área das ciências exatas.

A equipe do núcleo de EAD da instituição B é composta por um coordenador tecnológico, um pedagogo, um *web designer* e um monitor.

4 CONHECENDO OS ATORES DA PESQUISA

Os atores envolvidos na pesquisa realizada nas instituições de ensino A e B, foram caracterizados conforme abaixo.

4.1 Os coordenadores da EAD nas instituições selecionadas

Na instituição A, a gestão da EAD é composta por um Coordenador Pedagógico e um Coordenador Tecnológico. Ambos estão presentes durante todo o período de atividades, supervisionando os trabalhos e atendendo às demandas dos alunos, como forma de garantir a qualidade da proposta pedagógica e a organização administrativa e tecnológica da instituição.

O coordenador tecnológico promovia o aprimoramento do ambiente virtual de aprendizagem, bem como a familiarização com o suporte tecnológico necessário para o funcionamento desse sistema e possuía formação compatível para a função que desempenhava. Ele era responsável pelas atividades administrativas e tecnológicas e estava envolvido com a escolha das tecnologias que seriam aplicadas no ambiente virtual de aprendizagem, no que se referia aos softwares e aos equipamentos, fazia o planejamento financeiro junto à Coordenação Pedagógica e participava das decisões relacionadas às áreas administrativa e financeira. Era também responsável pela orientação e supervisão das atividades administrativas de EAD na instituição, pelos projetos de publicidade e divulgação da Instituição Virtual e pelo atendimento aos alunos, no que dizia respeito aos aspectos administrativos e financeiros.

O coordenador pedagógico da EAD também apresentava formação compatível com a sua área de atuação e deliberava juntamente com a diretoria administrativa. Ele exercia várias funções pedagógicas na Instituição, dentre as quais se destacavam: reuniões com professores, alunos e equipe técnica; contato com outras instituições e profissionais da educação; auxílio aos alunos com dificuldades de adaptação; elaboração de planejamentos pedagógicos e calendários; assessoramento aos professores nas atividades pedagógicas. Também era

responsável pelo atendimento aos alunos no que se referia ao aspecto pedagógico e representava a Instituição em congressos, seminários e cursos. Além dessas atividades, o Coordenador Pedagógico participava da seleção dos professores, das decisões relacionadas à área administrativa e financeira e da divulgação da Instituição.

No momento do trabalho de campo, a instituição B contava com um coordenador responsável por toda a gestão da EAD que também apresentava formação adequada à sua atuação profissional.

Apesar do núcleo da EAD da instituição B estar vinculado a um coordenador, ele destacou importância da interação e as contribuições de sua equipe da EAD.

Segundo ele,

[...] é importante salientar que nossa equipe não é somente uma equipe técnica, é um grupo de pessoas que tem conhecimento na área de educação, temos um pedagogo, temos um mestre em tecnologia educacional, e isso permite um diálogo entre a equipe de produção e aquele que é o responsável pelo conteúdo do professor.
(COORDENADOR, INSTITUIÇÃO B)

4.2 Uma visão dos professores e um foco sobre as suas respectivas experiências profissionais na EAD

Pesquisou-se um total de três professores e um assessor pedagógico nos núcleos de EAD de ambas as instituições, os quais foram identificados como: professor 1 e assessor pedagógico 1, na instituição A e professor 3 e professor 4, na instituição B, a fim de preservar as suas identidades. Os critérios de escolha dos atores entrevistados e os procedimentos metodológicos utilizados encontram-se na seção 3.

Na instituição A, foi entrevistado o professor 1 que lecionava na área de Matemática e o assessor pedagógico 1, que orientava e acompanhava os professores e alunos nos aspectos didático-pedagógicos. Na instituição B, foram pesquisados dois professores, o professor 3 que lecionava na área de Metodologia e o professor 4 que atuava na área de Matemática.

Em relação à experiência profissional desses atores na EAD, inicialmente abordou-se sobre o ingresso de cada um deles nesta modalidade de ensino, a fim

de perceber suas diferentes trajetórias na EAD.

O professor 1 iniciou sua atividade docente na EAD a partir do contato com alguns funcionários da coordenação da Educação a Distância.

Segundo ele,

eles estavam precisando de professores para produção de material quanto para tutoria propriamente, na área de matemática, e aí eles pediram algumas indicações, eu fui indicado e tinha interesse, exatamente pelo caráter inovador. (PROFESSOR 1, INSTITUIÇÃO A)

Baseando-se no relato do professor 1, vinculado à instituição A, vale esclarecer sobre a metodologia de organização e produção dos materiais pedagógicos da EAD. Nessa instituição, havia um professor que era o autor do material didático da disciplina, isto é, o autor do material disponibilizado para os alunos. Havia também o professor-tutor, o qual desenvolvia e acompanhava as aulas virtuais dos alunos. Portanto, era sugerido que o professor-autor também fosse o professor-tutor, mas não necessariamente era uma regra obrigatória. Na pesquisa em questão, o professor selecionado é fundamentalmente tutor.

O professor 1 atuava há doze anos no ensino presencial, como docente na área de Matemática e também nos cursos da área de gestão, os quais, leciona atualmente no ensino a distância, disciplinas de Matemática. Nessa modalidade de ensino propriamente, ele estava atuando há um ano e meio.

Para o assessor pedagógico 1, da instituição A, o ingresso na EAD foi motivado desde a sua formação acadêmica, onde surgiu o interesse em trabalhar com Tecnologia da Informação e Comunicação na educação. Durante quatro anos atuou em empresas desenvolvendo portais educacionais e fazendo editoração eletrônica.

Segundo ele:

Há 7 meses desempenho atividades vinculadas diretamente à EAD, promovendo assessoria pedagógica em cursos de graduação e pós-graduação. Todas as minhas experiências profissionais e acadêmicas articularam as áreas de educação, comunicação e tecnologia. (ASSESSOR PEDAGÓGICO 1, INSTITUIÇÃO A)

Na EAD, exercia várias atividades pedagógicas, como: analisar os conteúdos elaborados pelos autores; acompanhar o desempenho dos alunos em todas as atividades, nos aspectos qualitativos e quantitativos, orientar os professores em casos específicos, organizar reuniões pedagógicas, preparar junto aos professores e a coordenação pedagógica os cronogramas das disciplinas, dentre outras.

O professor 3 teve sua primeira experiência na EAD em 2004, na própria instituição B, quando foi convidado a assumir a disciplina de Metodologia virtual, uma vez que já lecionava a mesma disciplina presencialmente. “De lá pra cá, busquei me inteirar cada vez mais com a EAD, através da familiarização com o ambiente virtual e com as ferramentas que podia utilizar”. Ele atuava na EAD há três anos, lecionando na área de pesquisa.

O professor 4 estava vinculado à instituição B desde o ano de 1990, nas disciplinas presenciais, e em agosto de 2006 foi convidado a participar na educação a distância na disciplina de Matemática, onde vivenciou suas primeiras experiências profissionais na EAD. Segundo ele, “parece que aconteceu um problema com o outro professor, que não havia se adequadado ao programa. Então eu achei que seria um desafio para mim, um tipo de aula diferente, e assumi isso”.

Sobre os motivos da opção pelo magistério na Educação a Distância, os atores pesquisados se posicionaram com diferentes percepções.

O professor 1 demonstrou um interesse nessa modalidade de ensino devido a possibilidade de abertura, tanto do ponto de vista de mercado, quanto do ponto de vista de formação. Para ele, seu ingresso na EAD, assim como para outros professores, especificamente na instituição A, ocorreu diante de diferentes fatores, os quais foram explicitados abaixo,

São ambas as coisas e eu tive a facilidade dos contatos dentro da instituição, eles julgaram que o meu perfil seria pertinente e o que é interessante dizer talvez, é que de fato marca o perfil desses professores é não só o interesse de abertura, de não fechar possibilidades, mas também são professores que têm certa dedicação, uma coisa de buscar o aluno, de ter uma tentativa de olhar para cada um e eu acho que nesse momento do ensino a distância isso é muito necessário, então eu acho que os professores que a escola buscou, eram professores que já eram professores da instituição e que tinham, segundo a instituição, esse perfil, essa é a leitura que eu faço. (PROFESSOR 1, INSTITUIÇÃO A)

O assessor pedagógico 1 acreditava que no atual cenário educacional verificava-se uma precária formação profissional de professores autores e tutores² em EAD, para ele, isso era uma forte motivação para se preparar, cada vez mais, e contribuir para a mudança do cenário educacional.

O professor 3 optou pelo magistério na Educação a Distância por acreditar na construção de conhecimentos que ocorriam nessa modalidade de ensino, e pela flexibilização oferecida na EAD, em relação ao tempo e ao espaço.

2 A diferenciação entre professor-autor e professor-tutor, já foi explicitada no subitem 4.2, p.38.

O professor 4 foi motivado pelo desafio de mediar o conhecimento, segundo ele, de forma abstrata e complexa, através da modalidade a distância.

Assim, os quatro professores entrevistados apresentaram diferentes tempos de experiência de magistério na EAD, que variavam de 6 meses a 3 anos, contudo, a partir do relato desses professores, essa diversificação de tempo de atuação na EAD não indicou grandes disparidades em suas respectivas práticas pedagógicas. Apesar de apresentarem diferentes percepções sobre a opção pelo magistério e orientação na EAD, todos acreditavam nessa modalidade de ensino. Entretanto, pode-se dizer que a maioria desses atores foi inserida na EAD devido ao fato de atuarem no ensino presencial das respectivas instituições, sem que houvesse uma preocupação inicial com a constatação de que eles não provinham de uma formação específica em Educação a Distância. Nesse sentido, pode-se afirmar que esses professores não dispunham de uma formação inicial específica para atuarem na EAD. Não se pretendeu, com essa constatação, desqualificar as práticas então desenvolvidas, apenas apontar que o vínculo institucional foi determinante para o ingresso desses profissionais na EAD.

4.3 Os alunos da EAD

Na instituição A foram pesquisadas duas turmas do Curso de Administração de Empresas, sendo uma turma do módulo I, composta de 22 alunos e outra do Módulo III, composta de 12 alunos. Desta forma, foi possível identificar as diferentes percepções de um grupo de alunos iniciantes na EAD e de outro já familiarizado com essa modalidade de ensino. Na instituição B, também foram selecionadas duas turmas do Programa de EAD da Instituição, uma turma da disciplina de Estatística, com 13 alunos e outra da disciplina de Matemática, com 18 alunos. Os dados obtidos foram tabulados e submetidos a uma análise qualitativa, mediante seu diálogo com os referenciais teóricos da pesquisa, os quais se encontram detalhadamente descritos na seção 6.

5 A PRÁTICA DOCENTE NA EAD

As metodologias de ensino e os demais elementos didáticos³ utilizados pelos professores entrevistados nos cursos e/ou disciplinas da EAD bem como a percepção dos atores envolvidos foram analisados e dialogados com os aportes teóricos desta pesquisa e constam explicitadas abaixo.

Diversas possibilidades foram apontadas nos relatos dos atores entrevistados, mas todos culminaram na perspectiva de crescimento e na crença na Educação a Distância. Escolhas pontuadas pelo desejo e por situações reais do cotidiano de cada um, que os fizessem atuar nessa modalidade de ensino.

Encontram-se expostas, aqui, as diferentes percepções sobre as práticas pedagógicas desenvolvidas pelos professores entrevistados, culminando na escolha pela EAD, bem como dos outros atores envolvidos na pesquisa.

Em relação às metodologias de ensino empregadas em um ambiente virtual e os demais elementos didáticos utilizados na prática docente, o professor 1 alertou que os professores faziam, às vezes, uso desmesurado de programas, de técnicas e de procedimentos muito visuais para facilitar a aprendizagem, e, por outro lado, faziam com que os conceitos e as idéias fossem negligenciados uma vez que as facilidades tecnológicas, bem como seu avanço são algo que quase não conseguimos acompanhar. Ele afirmou que,

Não que a gente não tenha ou não possa utilizar todos esses recursos tecnológicos, mas a coisa de passar pela escrita, eu acho fascinante! Então eu acho que a gente tem que usar todos os recursos sim, mas a gente nessa questão metodológica, o que a gente não pode perder de vista é o foco nas idéias e numa formação que permita à pessoa transitar de um lugar pro outro, sabe? (PROFESSOR 1, INSTITUIÇÃO A)

Nesse sentido, Giusta (2003) ressaltou sobre o cuidado para não sobrepor o conceito de tecnologia sobre o de pedagogia, pois a mera incorporação das tecnologias digitais não garantiria uma aprendizagem significativa.

O professor 1 ainda mencionou sobre os elementos didáticos utilizados em sua prática docente na EAD, como os *chats* e os fóruns, e ainda informou que o ambiente virtual de aprendizagem utilizado pela instituição A apresentava algumas

³ Consideram-se elementos didáticos, além das metodologias de ensino, o planejamento, os objetivos, a seleção e organização dos conteúdos, a avaliação e os recursos de ensino.

deficiências, mas o fato dos alunos estarem todos localizados em Belo Horizonte facilitava, pois existia a possibilidade de se programar alguns encontros presenciais no decorrer da disciplina. Ele ainda abordou sobre a importância do acompanhamento do professor na condução do trabalho na EAD e apontou algumas estratégias em sua prática,

Então a questão da plataforma é importante, os *chats*, os fóruns são fundamentais. Fórum é uma coisa assim que tem que ter um acompanhamento muito de perto do professor, a minha experiência é que se o tutor se ausentar por uma razão, o negócio dança rapidinho! Assim como o professor faz o diferencial em sala de aula, o tutor também tem certo comando. Mas é usar mesmo todos os recursos, fórum, *chat*, um bom material escrito e boas referências. (PROFESSOR 1, INSTITUIÇÃO A)

Os relatos que foram expostos pelo professor 1 vão ao encontro das idéias de Giusta (2003) que ressaltou que o professor teria uma função determinante na condução do conhecimento dos alunos, tornando-se um mediador, um articulador, interagindo e incentivando seus alunos durante todo o processo de ensino/aprendizagem.

O professor 3 acreditava na diversificação das metodologias em qualquer modalidade de ensino. Na EAD, especificamente, ele sugeriu, várias como a utilização de pequenos vídeos gravados do professor com os comentários da matéria, a disponibilização para os alunos de textos complementares, da bibliografia básica e de apostilas com os conteúdos da disciplina, bem como a participação nos fóruns de discussão de forma assíncrona e o contato livre do professor com os alunos através de e-mail.

Entretanto, destacou que,

Sabemos das peculiaridades dos conteúdos de cada disciplina. Nesse sentido, é importante adequar os métodos de ensino selecionados ao perfil dos alunos, aos objetivos que se almejam alcançar e aos recursos disponibilizados pelo ambiente virtual de aprendizagem adotado pela instituição. (PROFESSOR 3, INSTITUIÇÃO B)

Essa diversificação foi apontada por Costa, Oliveira e Moreira (2004) ao mencionarem sobre as possibilidades de utilização dos AVA, os quais viabilizam, dentre outros, integrar múltiplas mídias, linguagens e recursos, bem como a interação entre os atores envolvidos no processo de ensino/aprendizagem.

O professor 3 expôs sobre as metodologias acima mencionadas e os elementos didáticos, tais como o planejamento e a avaliação. Segue abaixo sua percepção:

Utilizo vários elementos didáticos em minha prática como o planejamento, o qual é essencial para uma boa atuação docente e para a concretização da aprendizagem e também a avaliação, que é necessária em todo o processo de aprendizagem. Ela é realizada através de exercícios relacionados aos módulos publicados e através das avaliações formais e individuais. (PROFESSOR 3, INSTITUIÇÃO B)

O Professor 4 destacou o estudo de caso como uma metodologia de ensino eficiente para a EAD, até mesmo na área das ciências exatas, na qual atuava, pois havia certa resistência dos alunos em estudar as disciplinas dessa área. Ele afirmou que,

Sempre que possível deve-se basear em um estudo de caso, em pesquisa bibliográfica [...] mesmo em matemática e estatística já daria para fazer isso. Eu tenho buscado fazer isso, às vezes pegar valores numéricos de situações dentro das empresas ou da indústria, para que o aluno possa identificar determinada função, por exemplo, e daí ele entender o porquê daquela função, e passar a trabalhar com isso. (PROFESSOR 4, INSTITUIÇÃO B)

Sobre os demais elementos didáticos ele afirmou que utilizava simulações de atividades programadas no *flash*⁴ e ressaltou que a instituição B fornecia esse suporte para o professor, desde que os conteúdos fossem fornecidos com um determinado prazo de antecedência. Fazia também uso de muitas listas de exercícios, as quais eram disponibilizadas com as respostas, para que os alunos pudessem conferir os resultados. Nesse contexto apontou a necessidade de se promover algumas aulas presenciais e estratégias de trabalho que foram adotadas para facilitar o trabalho desenvolvido, tal como o envio de e-mails. Porém, enfatizou a dificuldade de se utilizar a ferramenta *chat*. "Até foi pensado em se utilizar um *chat* para resolver essas dúvidas, mas a dificuldade em se marcar um horário onde os alunos e mesmo eu pudessem estar *on-line* foi uma barreira para que isso fosse possível".

O assessor pedagógico 1 não abordou as questões acima mencionadas em sua entrevista.

Ainda sobre os elementos didáticos envolvidos na prática da EAD, os alunos se posicionaram diante de alguns aspectos, tais como os recursos utilizados, a atuação dos professores na EAD e no processo de aprendizagem em si, quanto à disponibilização e estruturação do material didático, bem como o seu formato e finalmente em relação à avaliação na EAD. Todos esses quesitos serão tratados a seguir. Entretanto, para uma melhor compreensão e análise dos dados pesquisados,

4 Tipo de linguagem voltada para a criação de animação gráfica.

é necessário destacar que os Módulos I e III estão relacionados à instituição A e as disciplinas de Matemática e Estatística estão relacionadas à instituição B.

Sobre os recursos mais utilizados pelos professores, a maioria dos alunos da instituição A apontou a utilização dos fóruns de discussão (46,5% e 44,0%). Um percentual bem significativo também indicou a utilização de *chats* (32,6% e 32,0%). Na instituição B, os maiores percentuais apontaram a utilização de outros recursos, diferentes dos acima mencionados, os quais se traduzem em e-mails e aulas presenciais. Um dado peculiar nas duas instituições pesquisadas é a não utilização da videoconferência pelos professores, uma vez que, no tempo da pesquisa, ambas as instituições não ofereciam esse recurso tecnológico, conforme demonstrado no gráfico 1.

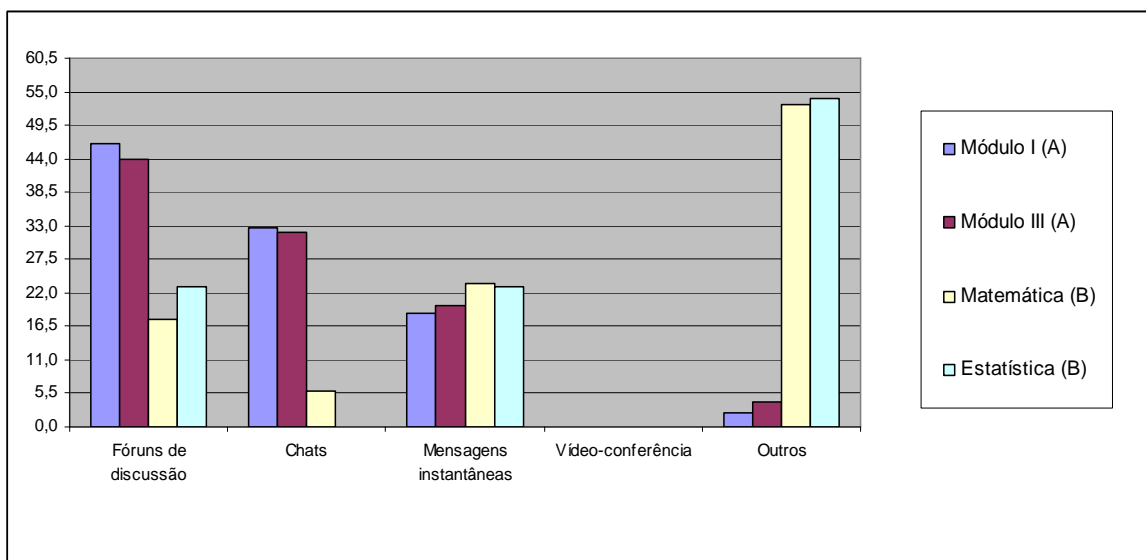


Gráfico 1: Recursos mais utilizados pelos professores Alunos da EAD das Instituições pesquisadas
Fonte: Fichas individuais preenchidas pelos alunos

A atuação dos professores e o processo de aprendizagem foi um quesito que mostrou um resultado praticamente unânime nas duas instituições. Na instituição A, os maiores percentuais indicaram a satisfação dos alunos em relação ao trabalho dos professores (50% e 58,3%). Na instituição B, essa percepção também foi semelhante (44,4% e 100%), entretanto, há um percentual que se repete na turma da matemática, onde foi indicado o atendimento parcial dos professores aos alunos (44,4%), conforme tabela 1.

TABELA 1
Alunos da EAD das Instituições pesquisadas
Atuação dos professores e o processo de aprendizagem

Atuação dos professores e o processo de aprendizagem	A		B	
	Módulo I (%)	Módulo III (%)	Matemática (%)	Estatística (%)
É satisfatória, pois sempre que solicitado dá um retorno para o aluno.	50,0	58,3	44,4	100,0
Atende parcialmente as solicitações dos alunos,	31,9	41,7	44,4	0,0
Insatisfatória, pois sempre que solicitado não dá um retorno para o aluno.	4,5	0,0	0,0	0,0
É um bom professor, mas não tem perfil para trabalhar com a EAD.	0,0	0,0	5,6	0,0
Outra: (especifique)	13,6	0,0	5,6	0,0
TOTAL	100	100	100	100

Fonte: Fichas individuais preenchidas pelos alunos

Os alunos afirmaram que o material didático foi disponibilizado em tempo hábil e era um material bem estruturado e de fácil entendimento (86,4%, 75,0% e 84,6%). Somente a turma da disciplina de matemática, da instituição B, indicou que recebeu o material atrasado, mas aprovaram a sua estruturação (55,6%), conforme indicado na tabela 2.

TABELA 2
Alunos da EAD das Instituições pesquisadas
Disponibilização e estruturação do material didático

Disponibilização e estruturação do material didático	A		B	
	Módulo I (%)	Módulo III (%)	Matemática (%)	Estatística (%)
Em tempo hábil e didaticamente bem estruturado.	86,4	75,0	22,2	84,6
Atrasado, mas didaticamente bem estruturado.	4,5	8,3	55,6	7,7
Em tempo hábil, mas didaticamente mal estruturado.	9,1	16,7	11,1	7,7
Atrasado e didaticamente mal estruturado.	0,0	0,0	11,1	0,0
Outro: (especifique)	0,0	0,0	0,0	0,0
TOTAL	100	100	100	100

Fonte: Fichas individuais preenchidas pelos alunos

A grande maioria dos alunos das instituições A e B, relataram que tiveram acesso ao material didático ao longo do curso, por meio do próprio ambiente virtual de aprendizagem (60,9%, 85,7%, 72,2% e 100%), conforme os dados da tabela 3.

TABELA 3
Alunos da EAD das Instituições pesquisadas
Forma de disponibilização e formato do material didático

Forma de disponibilização e formato do material didático	A		B	
	Módulo I (%)	Módulo III (%)	Matemática (%)	Estatística (%)
Pelo correio, material impresso.	13,0	7,1	11,1	0,0
Pelo correio, material impresso e no formato digital (CD/DVD, e-mail).	26,1	0,0	16,7	0,0
É retirado na instituição no ato da matrícula, material impresso.	0,0	7,1	0,0	0,0
É retirado na instituição no ato da matrícula, material impresso e no formato digital (CD/DVD, e-mail).	0,0	0,0	0,0	0,0
É disponibilizado ao longo do curso, através do próprio Ambiente Virtual de Aprendizagem.	60,9	85,7	72,2	100,0
TOTAL	100	100	100	100

Fonte: Fichas individuais preenchidas pelos alunos

Conforme a tabela 4, a qual trata da avaliação na EAD, foi abordada a complexidade desta nessa modalidade de ensino. Na instituição A, os alunos revelaram que as avaliações são mais difíceis do que as do ensino presencial (50,0% e 58,3%). Verificou-se que, nessa mesma instituição, nenhum aluno da turma do módulo III relatou que as avaliações foram mais fáceis do que as do ensino presencial. Já na instituição B, os maiores percentuais demonstraram que não houve diferença entre as avaliações do ensino presencial e as da EAD (38,9% e 46,2%). Entretanto, um percentual se repetiu na mesma turma (38,9%), revelando que não existia diferença entre as avaliações do ensino presencial em relação às da EAD.

TABELA 4
Alunos da EAD das Instituições pesquisadas
Nível de complexidade das avaliações na modalidade de EAD

Nível de complexidade das avaliações na modalidade de EAD	A		B	
	Módulo I (%)	Módulo III (%)	Matemática (%)	Estatística (%)
São mais fáceis do que as do ensino presencial.	27,3	0,0	38,9	30,8
São mais difíceis do que as do ensino presencial.	50,0	58,3	22,2	23,1
Não existe diferença entre as do ensino presencial e as da EAD.	22,7	41,7	38,9	46,2
TOTAL	100	100	100	100

Fonte: Fichas individuais preenchidas pelos alunos

Na tabela 5, foram informados os dados relacionados aos critérios adotados nas avaliações dos cursos e/ou disciplinas nas instituições. Foi verificada que a maioria das percepções dos alunos pesquisados, indicou que os critérios adotados nas avaliações foram informados com clareza.

TABELA 5
Alunos da EAD das Instituições pesquisadas
Critérios adotados nas avaliações da EAD

Critérios adotados nas avaliações da EAD	A		B	
	Módulo I (%)	Módulo III (%)	Matemática (%)	Estatística (%)
São informados com clareza aos alunos	56,0	92,3	55,0	61,5
Não são informados com clareza aos alunos	12,0	0,0	5,0	23,1
São parcialmente informados aos alunos	20,0	0,0	25,0	15,4
São elaborados com a participação dos alunos	0,0	0,0	0,0	0,0
Não são elaborados com a participação dos alunos	12,0	7,7	10,0	0,0
São parcialmente elaborados com a participação dos alunos	0,0	0,0	5,0	0,0
TOTAL	100	100	100	100

Fonte: Fichas individuais preenchidas pelos alunos

Em relação ao processo de transposição da modalidade presencial para a virtual, a percepção do assessor pedagógico 1 e dos professores envolvidos foram semelhantes nas duas instituições, pois os entrevistados da instituição A negaram a questão da transposição e mencionam sobre as especificidades da modalidade de EAD.

Não deveria haver transposição da modalidade presencial para a virtual. A Educação a Distância prevê especificidades pedagógicas e didáticas. A instituição A, ao longo dos anos, adquiriu experiências que possibilitaram repensar nessas especificidades com critério. Temos tido grandes avanços. (ASSESSOR PEDAGÓGICO 1, INSTITUIÇÃO A)

Não dá pra fazer transposição! Não é transposição, porque você tem que usar e estar atento pra outros recursos, porque na sala de aula quando ocorre uma pergunta, você já percebe pela entonação da voz, pelo gesto, pelo olhar, você já consegue saber em que direção o aluno quer tomar e você vai ao encontro dele ou não! No ensino a distância, isso é um pouco mais delicado, é mais complexo, então o contato com o aluno tem que ser muito presente para você tentar descobrir. (PROFESSOR 1, INSTITUIÇÃO A)

Já os professores da instituição B enfatizaram as peculiaridades dessa transposição as quais estariam inerentes à modalidade virtual e apontaram alguns cuidados em suas respectivas práticas, conforme detalhamento abaixo:

A modalidade virtual exige muito do professor no sentido de que ele precisa formular e reformular todo o seu material didático-pedagógico, contemplando as especificidades da EAD. Foi necessário ter precaução na elaboração do material com um maior detalhamento do conteúdo a ser ministrado. A gravação de vídeos com comentários da matéria e a reformulação dos exercícios para evitar, ainda mais, as atividades reducionistas do tipo recorta e cola. (PROFESSOR 3, INSTITUIÇÃO B)

Em relação às atividades reducionistas mencionadas pelo professor 3, Costa e Oliveira (2004) defendem a integração crítica da tecnologia da informação no processo educativo, onde os AVA possam ser utilizados como uma tecnologia

intelectual de grande potencial, incentivando e enriquecendo as atividades realizadas pelos alunos.

Para o professor 4, ainda existia um agravante em sua prática, pois, segundo ele, os alunos não apresentavam uma base mínima de conteúdos provenientes dos ensinos fundamental e médio, necessários para o entendimento da disciplina em questão.

Eu tive que deixar um material mais do que mastigado! Então tinha que fazer em exemplos, passo a passo, cada uma das operações, não era possível se fazer de uma forma direta, porque o aluno não iria perceber o que era feito, e eu ainda comentava o que estava sendo feito, para que ele pudesse seguir esse padrão nos exercícios que eram cobrados. Era na verdade um manual bem detalhado. (PROFESSOR 4, INSTITUIÇÃO B)

Todos os atores acima mencionados apontaram algumas dificuldades enfrentadas na atuação docente na EAD e indicaram possíveis alternativas.

O professor 1 inicialmente relatou que as dificuldades encontradas são todas as possíveis, principalmente em se tratando da matemática, devido a questões histórico-culturais, por carregar o estigma de ser uma disciplina difícil e abstrata, entretanto, ele mencionou a sua missão de desmistificar essa percepção.

O que acontece, é que muitas vezes os alunos do ensino a distância, já estão no mercado de trabalho e são mais velhos e essa mística, ela vem ainda com uma resistência ainda maior. É preciso desmistificar esse lugar que a matemática ocupa, é claro que não é a toa, a gente pode contextualizar isso historicamente. Se a gente consegue contextualizar isso historicamente, isso passa a ser então uma verdade histórica e esse lugar que a matemática ocupa, não tem que ser um lugar pra todo sempre, certo? Tomara que isso mude bem rapidinho, porque é um lugar horrível. (PROFESSOR 1, INSTITUIÇÃO A)

Ele apontou diretamente o problema do domínio da linguagem matemática, ou melhor, da falta dele e ressaltou estratégias para superação desse problema.

O que a gente tenta fazer é exatamente partir dos conceitos e das idéias e introduzir a linguagem à medida que essa se faz necessária, então essa que seria uma possível alternativa, no âmbito da matemática sobretudo, e eu acredito que isso no ensino a distância é muito legal, porque o ensino a distância passa necessariamente pela questão da escrita, então ao escrever você tem que amadurecer o conceito, e aí, depois de posse do conceito, você transfere aquilo para um outro conceito, que pode ser por exemplo a linguagem matemática. (PROFESSOR 1, INSTITUIÇÃO A)

O assessor pedagógico 1, por acompanhar de perto o trabalho dos professores, destacou várias dificuldades, as quais foram visualizadas no cotidiano de sua prática, e que foram vivenciadas pelo docente, tais como reproduzir as práticas educativas entre o presencial e o virtual, ter pouco investimento em sua formação e possuir um excesso de atividades desenvolvidas.

Segue abaixo o depoimento dessas dificuldades,

- Relacionamento demasiado entre educação presencial e Educação a Distância, ocasionando reprodução da prática educativa;
- Precário gerenciamento do tempo, impossibilitando pouco investimento intelectual/profissional. Geralmente o que sabem é em decorrência do saber tácito;
- Acúmulo de atividades. Geralmente um tutor tem diversas outras atividades extras, presta serviço a outras instituições, impossibilitando dedicação plena à EAD, à pesquisa etc. (ASSESSOR PEDAGÓGICO 1, INSTITUIÇÃO A)

Entretanto, ele apontou alternativas para as dificuldades acima mencionadas. Segundo o assessor a maior dificuldade foi o desenvolvimento profissional continuado, pois todos devem se apropriar da cultura do aprender, nesse sentido, a instituição deveria ofertar cursos, palestras, *workshops* (presencial e/ou a distância), bem como incentivar a participação nesses eventos (internos e externos). Para ele, essa prática não deveria se ater apenas ao corpo docente, mas a toda equipe da EAD.

O professor 3 destacou uma dificuldade ainda não mencionada nos registros anteriores. Segundo ele, um dos grandes dificultadores da prática de ensino virtual é o perfil do aluno, pois muitos deles não apresentaram as características necessárias e esperadas para lidar com a realidade da EAD e apontou como principal problema a falta de autonomia dos discentes, assim como a falta de comprometimento. Nesse contexto, ele ainda indicou uma alternativa, tal como fazer uma apresentação das peculiaridades dessa modalidade de ensino, a cada início de semestre ou ano, através de palestras e aulas, a fim de que os alunos tivessem um contato inicial com a proposta da EAD e pudessem visualizar todo o desenvolvimento do processo que teriam que percorrer, como, por exemplo, os procedimentos de acesso ao conteúdo programático, ao processo de avaliação a ser utilizado e seus respectivos critérios, aos prazos a cumprir e as normas em geral.

Vejo como a principal dificuldade a falta de autonomia dos alunos! Alguns alunos sentem a necessidade de contato e controle presencial do professor. Uma outra dificuldade é a falta de comprometimento dos alunos, pois muitos acreditam que essa modalidade é mais fácil do que a presencial e por isso não se dedicam o necessário. Ressalto ainda, o significativo índice de reprovação dos alunos. (PROFESSOR 3, INSTITUIÇÃO B)

O professor 4 afirmou que o maior problema com que precisaria lidar na EAD seria em relação à assiduidade do aluno em acessar o sistema disponibilizado pela instituição que contemplava todas as informações e conteúdos didáticos para auxiliar o aluno. Destacou ainda que embora o aluno tenha prazos pré-estabelecidos para

acesso ao material didático fornecido, muitas vezes deixavam de fazê-lo, alegando problema na tecnologia, ou uma suposta falta de acesso, que fazia com que o trabalho do professor se tornasse mais cansativo, porque ele teria que mandar anexo, por e-mail, todo o material para os alunos.

Todavia o professor 4 manifestou que, mesmo diante de tantas limitações em sua prática na EAD, ainda existiam algumas alternativas. Para ele:

Em relação às alternativas, eu acredito que deveriam mesclar mais aulas presenciais ao ensino a distância, para que pelo menos uma vez por mês, você tenha o contato direto com o aluno, mesmo porque você conseguiria acompanhar as dificuldades deles. (PROFESSOR 4, INSTITUIÇÃO B)

A última questão em relação à prática docente na EAD foi sobre a média de alunos atendidos nos respectivos cursos e/ou disciplinas, o desempenho desses alunos e o percentual de aprovação. Nesse sentido, os professores 1 e 3 apontaram a evasão dos alunos como um aspecto que era presente em suas respectivas realidades. Para o professor 1, essa evasão foi muito freqüente nos primeiros módulos dos cursos, por isso deveria haver um esforço para que os alunos tivessem acesso às ferramentas de estudo, para, desta forma, alcançarem os objetivos. Contudo, afirmou que os alunos que persistiam até o final do curso e/ou disciplina atingiam suas metas com louvor.

Minhas turmas eram de aproximadamente 50 alunos na disciplina de matemática básica, no módulo inicial. O desempenho desses alunos no início é ruim, e o que acontece é que há uma evasão absurda no primeiro módulo. Para ser ter uma idéia, praticamente de 50% a 60% desistem ou desaparecem na disciplina do módulo inicial, mas os que ficam têm um ótimo desempenho. (PROFESSOR 1, INSTITUIÇÃO A)

O professor 3, confirmou, assim como o professor 1, a presença da evasão no período inicial de uma nova etapa e também enfatizou o desempenho satisfatório dos alunos que permaneciam até a conclusão das disciplinas e/ou cursos.

Sempre tenho um número elevado de alunos matriculados nesta disciplina, acredito ser uma das mais procuradas na EAD. Entretanto, alguns alunos nem aparecem e outros poucos desistem durante o processo. Minha turma tem aproximadamente 60 alunos por semestre matriculados, mas, de fato, que realmente cursam até o final são, em média, uns 40 alunos. Cerca de 60% são aprovados, isto é, tiveram um desempenho satisfatório. (PROFESSOR 3, INSTITUIÇÃO B)

O professor 4 relatou que, no início do período letivo, houve uma ausência de aproximadamente 45% dos alunos matriculados em sua disciplina, mas aqueles que permaneceram durante todo o semestre e realizaram as atividades propostas, foram aprovados.

Na realidade tinham 90 alunos matriculados, mas que efetivamente freqüentavam ou utilizavam o sistema foi por volta de uns 50 alunos. Durante o curso a evasão não existiu, eles foram até o final. Eu tive aqueles que matricularam e por alguma razão nunca vieram! Aproximadamente 45 alunos fizeram as avaliações e foram aprovados nessa disciplina, ou seja, a metade desses alunos! (PROFESSOR 4, INSTITUIÇÃO B).

O assessor pedagógico 1, da instituição A, não abordou essa temática. Pelos relatos, percebeu-se que as práticas pedagógicas desenvolvidas na EAD, apesar das diversidades e das especificidades de cada conteúdo, foram pontuadas pelo esforço e dinamismo dos professores envolvidos e, acima de, tudo por acreditarem na modalidade de EAD. Todavia, deve ser enfatizado que a evasão dos alunos está presente nas diferentes realidades, mas o bom aproveitamento daqueles que permaneceram cursando as disciplinas e/ou cursos também foram pontuados por todos os professores.

6 O PERFIL DO ALUNO DA EAD

Durante a pesquisa, foram entrevistados 65 alunos, nas duas instituições selecionadas, sendo que estes responderam o questionário estruturado *in loco*, o qual já foi mencionado na seção 3. Em um primeiro momento, foi aplicada uma ficha individual, sendo feita uma orientação quanto ao seu preenchimento e, em seguida, foram expostos os objetivos da pesquisa. Havia questões diversificadas sobre a EAD, dentre elas: vantagens e desvantagens dessa modalidade de ensino, avaliação dos materiais didáticos e do AVA adotado pela instituição. Todas as fichas, com seus respectivos dados, foram organizados nas tabelas e gráficos apresentados a seguir.

Os dados da tabela 6 evidenciaram que a maioria dos alunos nas duas instituições pesquisadas optou pela modalidade de EAD devido à falta de disponibilidade de tempo (72,4 e 76,9%). Esses dados refletem que, diante do caso pesquisado, a falta de tempo de estar presente na faculdade é fator determinante pela opção em EAD.

Esse fator é abordado por Giusta (2003) ao destacar dentre outras características da EAD a flexibilidade dessa modalidade de ensino, a qual não se compartilha fisicamente de espaço e tempo. Entretanto diante dos dados fornecidos pelos alunos, cabe aqui esclarecer sobre a concepção de tempo relatada por eles, pois muitos desses alunos acreditavam que, para cursar uma disciplina e/ou curso na modalidade de EAD, não teriam que dispor de tempo, contudo, é primordial essa necessidade de dedicação de tempo aos estudos, lembrando que esse tempo, na maioria das vezes, não é sincronizado com o tempo da educação presencial. Entretanto, para os alunos da EAD, esse tempo deverá ser administrado de acordo com a realidade de cada um, durante o processo de aprendizagem, o que exigirá uma autonomia destes.

TABELA 6
Alunos da EAD das Instituições pesquisadas
Motivos que levaram a optar pela EAD

Motivos que levaram a optar pela EAD	A		B	
	Módulo I (%)	Módulo III (%)	Matemática (%)	Estatística (%)
Devido à falta de disponibilidade tempo.	72,4	62,5	54,5	76,9
Devido à disponibilidade profissional.	27,6	37,5	22,7	15,4
Acredita-se ser mais fácil que a modalidade presencial.	0,0	0,0	9,1	0,0
Peculiaridades da Educação a Distância (síncrona e/ou assíncrona).	0,0	0,0	4,5	0,0
Outros motivos: (especifique)	0,0	0,0	9,1	7,7
TOTAL	100	100	100	100

Fonte: Fichas individuais preenchidas pelos alunos

Os dados evidenciaram que a escolha pela EAD não foi influenciada pela atuação profissional dos alunos: (88,9% e 61,5%). Esses percentuais se encontraram na instituição B. O maior percentual apontado na instituição A (58,3%) informou que houve uma influência da atuação profissional na escolha pela EAD, entretanto, não houve grande disparidade com o percentual (54,5%) que indicou a não influência da atuação profissional na escolha pela EAD, conforme o gráfico 2.

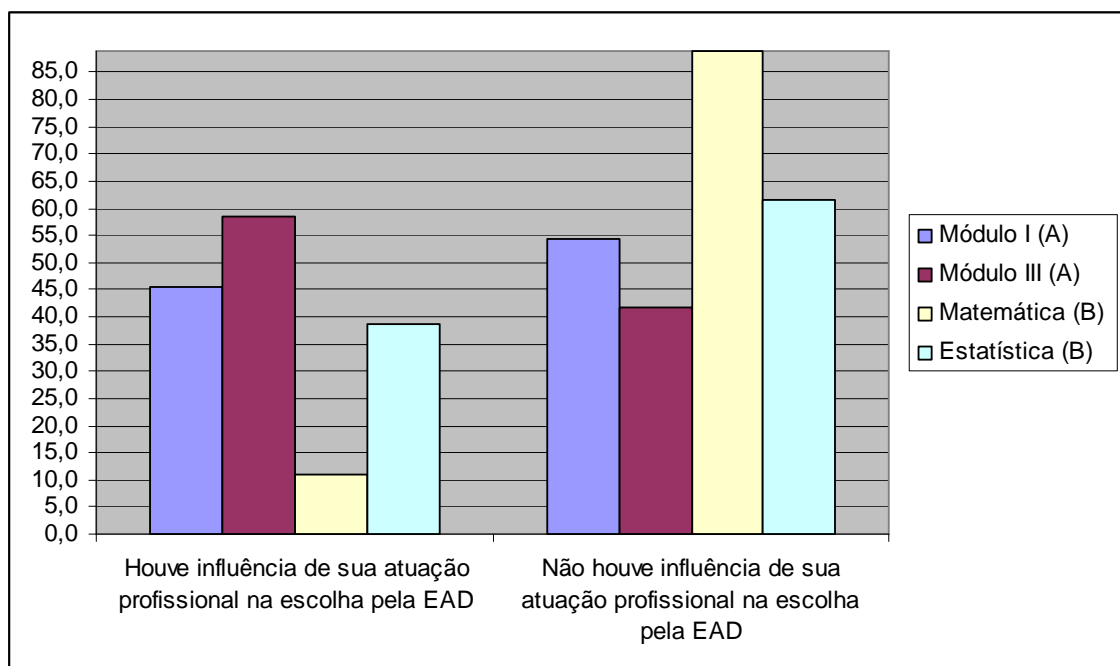


Gráfico 2: Influência na atuação profissional
Alunos da EAD das Instituições pesquisadas
 Fonte: Fichas individuais preenchidas pelos alunos

A maioria dos alunos (37,5%) apresentou domínio tecnológico da planilha eletrônica. Esses dados refletiram a percepção dos atores da instituição B. Entretanto, na instituição A, o maior percentual se apresentou no domínio do editor de textos. Os menores percentuais se encontraram na falta de domínio do ambiente virtual de aprendizagem institucional em ambas as instituições, de acordo com a tabela 7. Diante do caso pesquisado, os dados coletados denunciaram a falta de domínio do AVA pelos alunos, devido à interface desses sistemas de EAD ainda ser muito confusa e pouco intuitiva, dificultando o manuseio e a familiarização com o sistema pelos alunos, dificultando e até mesmo desmotivando-os no processo de aprendizagem.

A falta de domínio com o AVA é uma questão que deve ser observada com cuidado, pois, para Costa e Oliveira (2004), para que um AVA possa realmente contribuir para a aprendizagem dos alunos é necessário que ele viabilize o desenvolvimento de esquemas cognitivos. Diante dessa visão é primordial que os alunos tenham o domínio dessa ferramenta.

TABELA 7
Alunos da EAD das Instituições pesquisadas
Domínios da tecnologia e de recursos para a EAD

Domínios da tecnologia e de recursos para a EAD	A		B	
	Módulo I (%)	Módulo III (%)	Matemática (%)	Estatística (%)
Editor de textos (Ex.: Word, Writer).	35,0	28,2	36,1	29,2
Planilha Eletrônica (Ex.: Excel, Calc).	28,3	28,2	30,6	37,5
Software de apresentação (Ex.: Power Point, Impress).	26,7	23,1	25,0	20,8
Ambiente virtual de aprendizagem institucional (Ex. Moodle, Learning Space, Cadsoft, etc).	10,0	20,5	8,3	12,5
Outros: (especifique)	0,0	0,0	0,0	0,0
TOTAL	100	100	100	100

Fonte: Fichas individuais preenchidas pelos alunos

O gráfico 3, a seguir, ilustrou o tempo semanal dedicado aos estudos pelos alunos. Na instituição A, houve uma divergência de dados, pois, na turma do módulo I, a maioria dos alunos estudava de 3 a 5 horas por semana (40,9%) e na turma do módulo III a maioria afirmou estudar mais de 10 horas por semana (33,3%). Na instituição B, os maiores percentuais se concentraram entre a faixa de 1 a 3 horas de estudos semanais (50,0% e 61,5%).

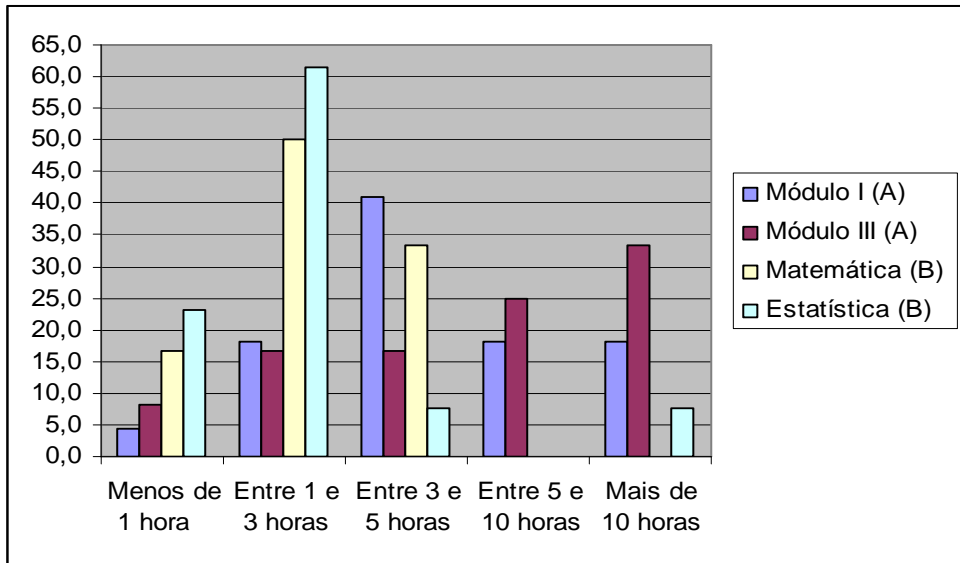


Gráfico 3: Tempo semanal dedicado aos estudos
Alunos da EAD das Instituições pesquisadas
Fonte: Fichas individuais preenchidas pelos alunos

Os alunos da EAD nas duas instituições apontaram que a maior vantagem ao estudar nessa modalidade de ensino foi a flexibilidade de tempo e horários (60,7%, 57,9%, 59,2%, 70,5%), de acordo com o gráfico 4.

Nesse sentido, foi possível se fazer uma analogia com as idéias de Moran (2004), quando mencionou que a atual educação combina tempos e espaços, promovendo, assim, uma maior flexibilização do currículo, com ênfase na utilização das tecnologias digitais.

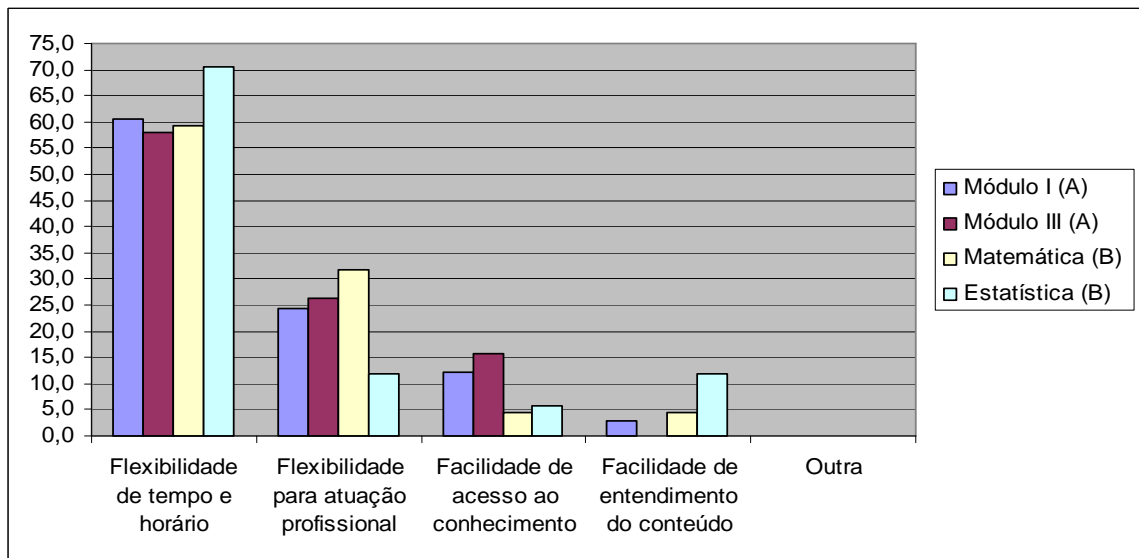


Gráfico 4: Vantagens ao estudar na modalidade de EAD
Alunos da EAD das Instituições pesquisadas
Fonte: Fichas individuais preenchidas pelos alunos

Entretanto, quanto às desvantagens, houve uma variedade de percepções. Na instituição A, na turma do módulo I (45,2%) e na instituição B na turma de estatística (60%), a maioria dos alunos apontou as dificuldades em manter a autodisciplina necessária para estudar. Já a turma do módulo III da instituição A (57,1%) apontou a falta de interação com os professores e alunos e na turma de matemática da instituição B (34,6%) a falta de auxílio às dúvidas e questões que surgiram durante o curso, de acordo com o gráfico 5.

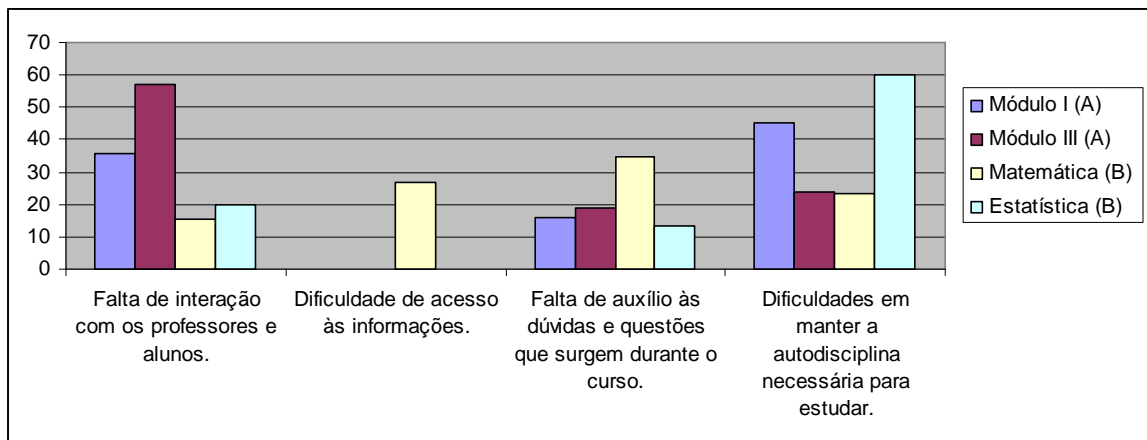


Gráfico 5: Desvantagens ao estudar na modalidade de EAD
Alunos da EAD das Instituições pesquisadas
Fonte: Fichas individuais preenchidas pelos alunos

Para uma maior contextualização dos alunos da EAD, os demais atores envolvidos na pesquisa também foram consultados quanto ao perfil desse público.

O coordenador da instituição A destacou as questões relacionadas ao gênero, à faixa-etária, ao mercado de trabalho, à flexibilidade de tempo, bem como as limitações desse perfil, e apontou, ainda, as perspectivas institucionais para o atendimento aos alunos.

São homens acima de 33 anos. O perfil reflete um pouco um determinado mercado de trabalho. [...] é o aluno que precisa de uma disponibilidade de entrega, diferente da entrega presencial, essa que é a grande diferença. [...] como quem também viaja muito, todo mundo que tem alguma dificuldade receber algum tipo de educação presencial, prefere a Educação a Distância. Esse é o perfil e que não necessariamente isso se adapta ao modelo de Educação a Distância, que pode precisar dessa entrega, mas não ter a determinação de fazer um curso a distância, não ter o perfil de trabalhar de forma colaborativa e não ter tráfego e nem a possibilidade de trabalhar com o computador. O nosso objetivo é que para 2007, consigamos atingir um contingente de 5000 a 6000 alunos. (COORDENADOR, INSTITUIÇÃO A)

O coordenador da instituição B, em um primeiro momento, afirmou não ter um perfil pré-estabelecido para os alunos que cursam a EAD, mas, no decorrer do seu discurso, apontou algumas características como alunos que foram reprovados em alguma disciplina, alunos que vieram transferidos de outras instituições e necessitariam de adequação de grade curricular e a flexibilidade de horário.

Um perfil variado, não tem assim um modelo específico, um arquétipo específico, mais o que a gente percebe com mais frequência, é que são alunos mais próximos do final de curso que buscam as disciplinas ofertadas de maneira virtual pra poder suprir alguma dependência e tipicamente os alunos que tem dificuldade com a questão de horário. (COORDENADOR, INSTITUIÇÃO B)

Para o professor 1 da instituição A, os alunos que buscaram a EAD são indivíduos que apresentavam experiência de vida e profissional considerável. Ele mencionou a questão da faixa-etária, da estabilidade profissional e da flexibilidade de horários. Apontou, ainda, o interesse e a capacidade desses alunos.

[...] os alunos são mais velhos, em geral são alunos que já estão no mercado de trabalho, eles já tem uma vida profissional estável e eles vão em busca do ensino a distancia, pelas facilidades de tempo, são pessoas com família, com uma vida já estruturada, eles vão com essa busca e também com uma vantagem de formalizar aqueles conhecimentos todos que eles têm na prática, então são alunos que eu tenho um prazer muito grande em trabalhar com eles. (PROFESSORA 1, INSTITUIÇÃO A)

O assessor 1 da instituição A não abordou essa temática com profundidade, apenas mencionou que “há alguns fatores que devem ser considerados quando traçamos o perfil do aluno, da EAD, como exemplo, o curso e a disciplina.”

O professor 3 da instituição B mencionou várias características e/ou necessidades ligadas ao perfil do aluno que busca a EAD. Foram elas: O vínculo a uma atividade profissional, a irregularidade nas disciplinas cursadas por esses alunos, o “choque” de horário com outras disciplinas e, por fim, crença pela facilidade em se cursar esta modalidade de ensino.

Para finalizar, a percepção do professor 4, da instituição B, quanto ao perfil do aluno da EAD, foi relatado por ele que os alunos eram desmotivados, que estavam com pendências curriculares, sendo que muitos desses alunos vinham transferidos de outras instituições ou eram alunos repetentes que estavam em busca da conclusão de uma disciplina que estivessem devendo para concluir o seu curso. Na prática, o aluno já estaria formado, mas estava fazendo apenas uma dependência, e não via um objetivo maior. Ele também aponta possíveis soluções.

[...] seria interessante se a gente pudesse intercalar os conteúdos com o dia-a-dia dele, daquilo que ele estivesse precisando dentro da empresa que trabalha, por exemplo. [...] porque não são alunos que têm o gosto de estar estudando aquilo não! Você tem que despertar um interesse maior neles, além do interesse dele formar! (PROFESSOR 4, INSTITUIÇÃO B)

Nesse sentido, percebeu-se que os alunos que buscavam a EAD eram indivíduos que precisavam da flexibilização de tempo e que possuíam experiência profissional, entretanto apresentaram certas dificuldades tais como manter a autodisciplina necessária para estudar, a falta de interação com os professores e colegas e a falta de auxílio às dúvidas e questões que surgiam durante o curso. É pertinente destacar mais uma vez que ter disponibilidade de tempo é algo necessário em toda modalidade de ensino. No caso da EAD, na maioria das vezes, esse tempo é assíncrono, mas que não invalida a sua necessidade. Todas essas limitações abordadas acima contribuem para a evasão desses alunos que buscavam a EAD nas instituições pesquisadas.

7 A EAD NOS CURSOS PRESENCIAIS DE GRADUAÇÃO

Nessa seção, abordou-se como foi conduzido o processo de estruturação da EAD, suas perspectivas e políticas de utilização para oferta de até 20% da carga horária, nos cursos de graduação, na modalidade presencial.

A partir da aprovação da Nova LDB, Lei nº 9.394/96 – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, desenvolveu-se um processo que delineou um novo perfil para a EAD no Brasil, principalmente na educação superior. Nesse sentido, o Artigo 47 reconhece a Educação a Distância na graduação quando indica a questão da presença, “é obrigatória a freqüência de alunos e professores, salvo nos programas de Educação a Distância” (LDB 9.394/96, Art.47, § 3º). Ainda nesse contexto no artigo 80 destacou-se a expectativa de crescimento da EAD onde, “O Poder Público incentivará o desenvolvimento e a veiculação de programas de ensino a distância, em todos os níveis e modalidades de ensino, e de educação continuada” (LDB 9.394/96, Art. 80).

De acordo com a Portaria nº 4.059, de 10 de dezembro de 2004, que regulamenta a oferta de carga horária a distância em disciplinas presenciais, considerando, assim, o disposto no art. 81 da Lei nº 9.394/96⁵ e no art. 1º do Decreto nº 2.494, de 10 de fevereiro de 1998,

Art. 1º. As instituições de ensino superior poderão introduzir, na organização pedagógica e curricular de seus cursos superiores reconhecidos, a oferta de disciplinas integrantes do currículo que utilizem modalidade semipresencial, com base no art. 81 da Lei n. 9.394, de 1.996, e no disposto nesta Portaria.

[...]

§ 2º. Poderão ser ofertadas as disciplinas referidas no caput, integral ou parcialmente, desde que esta oferta não ultrapasse 20 % (vinte por cento) da carga horária total do curso. (Portaria Nº. 4.059/2004)

Sobre as perspectivas de implementação dos 20% de disciplinas virtuais nos cursos de graduação, os coordenadores das instituições selecionadas demonstraram-se familiarizados com tal regulamentação, uma vez que já fazem uso dessa atribuição legal. Mencionaram, ainda, perspectivas favoráveis de crescimento.

5 Art. 81. É permitida a organização de cursos ou instituições de ensino experimentais, desde que obedecidas as disposições desta Lei.

Hoje, nós já contamos com essa modalidade em pleno funcionamento, nós atendemos os alunos da Faculdade de Ciências Aplicadas desde 2002, atendemos o requisito legal do MEC, que só podem ser oferecidos os cursos que já foram reconhecidos pelo MEC. (COORDENADOR, INSTITUIÇÃO B).

Na realidade nós estamos fazendo isso há mais de seis anos, quando saiu a legislação a gente já estava pronto pra fazer e já tem utilizado esses 20% nos últimos 3 anos. Já passaram por essa tecnologia mais de 6000 mil alunos, e atualmente os cursos de gestão, todos eles já estão incluídos nessa modalidade, temos ainda uma demanda menor nos cursos da área de saúde, mas esperamos divulgar os cursos da área de saúde também. (COORDENADOR, INSTITUIÇÃO A).

O Decreto nº 5.622⁶, de 19 de dezembro de 2005, apontou no artigo 3º alguns critérios quanto à criação, a oferta e o desenvolvimento de cursos e programas a distância.

Art. 3º. A criação, organização, oferta e desenvolvimento de cursos e programas a distância deverão observar ao estabelecido na legislação e em regulamentações em vigor para os respectivos níveis e modalidades da educação nacional.

§ 1º Os cursos e programas a distância deverão ser projetados com a mesma duração definida para os respectivos cursos na modalidade presencial.

§ 2º Os cursos e programas a distância poderão aceitar transferência e aproveitar estudos realizados pelos estudantes em cursos e programas presenciais, da mesma forma que as certificações totais ou parciais obtidas nos cursos e programas a distância poderão ser aceitas em outros cursos e programas a distância e em cursos e programas presenciais, conforme a legislação em vigor.

Nesse sentido, os coordenadores revelaram que, o principal critério que determina a escolha das disciplinas e/ou cursos a serem ofertados pelas respectivas instituições é baseado na demanda gerada pelos próprios alunos.

Em termos de disciplinas, em casos de desistência, um dos critérios é a questão da escala, considerando que essas disciplinas que podem ser utilizadas em vários cursos, e os cursos são cursos que dentro da estrutura de formação dos alunos, existem retenções focadas, que geram necessariamente essa necessidade de escala.(COORDENADOR, INSTITUIÇÃO A).

Os diretores de cada Faculdade e os coordenadores dos cursos fazem uma avaliação. Então, durante o semestre, de acordo com a demanda, e ao final de cada semestre, eles indicam as disciplinas e os respectivos professores para o semestre seguinte. (COORDENADOR, INSTITUIÇÃO B).

Apontaram ainda os critérios utilizados para a escolha dos professores dos cursos e/ou disciplinas na modalidade de EAD da instituição, enfatizando que, na

⁶ Regulamenta o art. 80 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional.

instituição A, eles receberam um treinamento interno e específico para atuarem nessa modalidade de ensino, entretanto na instituição B, havia uma grande preocupação com o domínio do conteúdo por parte do professor.

[...] tem um edital aberto, que tem um conjunto de pontuações, que envolve titularidade, materiais publicados, livros editados, produção acadêmica dele, conhecimento e experiência na área, e um dos critérios também, é ele ter passado pela nossa formação de professores. Todos eles passam por formações específicas, que foram desenvolvidas internamente, e que é gerida por nossa coordenadora pedagógica, que faz com que ela também tenha uma propriedade maior na definição desse corpo docente. (COORDENADOR, INSTITUIÇÃO A).

Atingimos uma estrutura que nos permite que os próprios coordenadores de curso façam indicações dos professores, que posteriormente essas indicações são revalidadas pelos diretores, porque a nossa dinâmica de trabalho exige que o professor tenha domínio, que ele tenha pleno conhecimento do conteúdo da disciplina a qual ele será o responsável. (COORDENADOR, INSTITUIÇÃO B).

Ficou evidenciado que, na instituição A, apesar do coordenador relatar sobre todos os quesitos necessários para a indicação dos professores, bem como a formação viabilizada a eles (ver em 4.2), ficou notório nos relatos, que o fato de os professores já atuarem no ensino presencial foi fator determinante para seu ingresso na Educação a Distância.

Especificamente sobre a implementação da EAD no que se referia à escolha do ambiente virtual de aprendizagem adotado pela instituição, os coordenadores fizeram uma explanação sobre os critérios utilizados. Apesar de indicarem diferentes ferramentas, os dois afirmam que os AVA adotados satisfaziam as necessidades apontadas nos cursos e/ou disciplinas.

Na instituição A, o coordenador relatou que o primeiro AVA feito no Brasil foi elaborado dentro da Universidade Virtual Brasileira, sendo assim a instituição A, que fazia parte da UVB (Instituto Universidade Virtual Brasileira), foi uma das instituições que participou do desenvolvimento do AVA brasileiro, sendo a primeira grande plataforma adotada no Brasil por dez instituições de ensino. Posteriormente foi desenvolvida uma parceria com uma empresa especializada na criação de plataformas de EAD, com o intuito de que fosse desenvolvida uma plataforma própria para a instituição.

Segundo ele, em termos de funcionalidade dos sistemas virtuais,

[...] todos os AVA, ou ambientes virtuais de aprendizagem ou plataformas de e-learnig, ou qualquer nome que você quiser dar pra eles, todos são muito semelhantes, o que tem hoje de sofisticação um pouco maior são as

alternativas de você trabalhar duas coisas que os AVA convencionais não tinham. Primeiro é uma inteligência maior em relação à gestão do aluno, e, segundo, são as formas de se trabalhar vídeo e voz por IP, todas essas funcionalidades estão incorporadas à nossa plataforma a partir de 2007. (COORDENADOR, INSTITUIÇÃO A).

O coordenador da instituição B relatou que o núcleo de EAD utilizava o pacote de ferramentas de uma empresa multinacional de grande porte, pois, na época da aquisição do sistema, o critério principal para a escolha foi o comercial, e, como critério secundário, o quesito técnico. Segundo o coordenador, houve a preocupação com a escalabilidade que o sistema poderia fornecer com um custo operacional que fosse viável. Outro fator que influenciou na escolha dessa ferramenta foi o tempo de implantação, relativamente rápido, em relação a outros sistemas que foram analisados. Na percepção do coordenador, o sistema atendia às necessidades da instituição, oferecendo o *LMS*, que era uma ferramenta para gestão dos cursos e/ou disciplinas, bem como a ferramenta *Quickplace*, utilizada também para a criação e manutenção de *sites*, pelos próprios usuários, a qual era bem simples de ser manuseada. Segundo ele, com duas horas de treinamento, o indivíduo conseguia inserir material e montar uma sala virtual. Além dessas duas ferramentas, o coordenador ainda mencionou uma terceira, chamada *Sametime* que permitiria por exemplo, a criação de salas de bate-papo utilizando voz, vídeo e uma lousa virtual para a marcação de encontros virtuais de maneira síncrona.

Para o coordenador da instituição B, é importante salientar que,

[...] essas ferramentas têm que ser consideradas com ponderação, pois em relação ao vídeo há uma limitação, pois o corpo de alunos que nós temos, ainda a maioria deles utiliza linha discada, então nós temos uma tendência a usar muito mais texto, algum áudio e pouco vídeo. (COORDENADOR, INSTITUIÇÃO B).

De acordo com Seixas (2006), para se promover a EAD de maneira eficiente e dinâmica, é primordial que sejam utilizadas as tecnologias digitais, e que os AVA,s sejam bem estruturados, com o intuito de oferecer o máximo de interação possível e facilidade de utilização pelos seus usuários.

Na visão de Costa e Oliveira (2004), é fundamental que o AVA proporcione aos alunos a aprendizagem de conteúdos, atitudes e habilidades, e, conseqüentemente, o desenvolvimento de esquemas cognitivos. Para que realmente ocorra o processo de aprendizagem, é ainda necessário se somar ao suporte oferecido pelos AVA, uma orientação docente precisa, que deverá tomar o aluno como o centro do processo de aprendizagem, possibilitando-lhe o

desenvolvimento de habilidades múltiplas e uma visão multidisciplinar dos conteúdos.

Os professores e o assessor pedagógico também se posicionaram diante dessa abordagem. Na instituição A, há uma divergência de opiniões entre o professor 1 e o assessor pedagógico 1. De um lado o professor apontou as limitações do sistema e, de outro, o assessor pedagógico apresentou as inúmeras possibilidades favoráveis à aprendizagem.

Para o professor 1, as falhas eram inúmeras, com problemas relacionados ao acesso! “O que foi de uma gravidade, sabe? A gente acessava e caía, tinha dia que não conseguia... Então, nada mais grave do que isso!”. Nesse sentido, fez comparações com o ensino presencial, “É como se todo mundo entrasse em greve numa instituição! É como você não ter xérox, a biblioteca não abrir, o professor não ir dar aula! É a mesma coisa! Então foi um caos!” E ainda indicou possibilidades de avanço, “mas mesmo do ponto de vista da configuração da plataforma, eu acho que ainda dá pra se pensar muito mais! Precisamos avançar depressa, e dentre as duas plataformas da instituição, ela é mais frágil, porque tem uns problemas tão banais, que poderiam ser facilmente resolvidos!”

Para o assessor pedagógico 1 “o ambiente era estável, a arquitetura de informações era organizada, o *layout* customizável, personalizável e amigável, além de haver diversas funcionalidades que otimizam o processo de ensino/aprendizagem.”

Na instituição B, os dois professores apontaram a necessidade de melhorias do atual ambiente virtual de aprendizagem adotado pela instituição.

Para o professor 3, o sistema virtual vinha buscando, cada vez mais, suas melhorias. Entretanto, muitos alunos se queixavam de seu acesso e de sua praticidade. Nesse sentido, ele acreditava que ainda poderia evoluir e melhorar. E ainda sugeriu, “a mudança no *layout* na página do sistema, onde apareciam as disciplinas e seu conteúdo, as letras na tela eram muito pequenas, e existiam umas barrinhas de indicadores de acesso que eram confusas.”

O professor 4 acreditava que, tanto os professores quanto os alunos precisavam ter mais confiança no sistema, “pois muitas vezes houve falhas, eu mandava e-mail para o sistema e esse e-mail não era registrado. O aluno, da mesma forma alegava que tinha enviado um e-mail pra mim e o e-mail não chegava!”

O professor continuou relatando:

É aquela questão que eu acho que na hora que houver mais confiança e você poder assim, acreditar mesmo na coisa, acaba aquela estória de que o aluno tentou acessar e não conseguiu! Eu tive que acreditar no aluno, porque muitas vezes eu fui acessar e não consegui! (PROFESSOR 4, INSTITUIÇÃO B).

As diferentes percepções desses atores remeteram às observações de Seixas (2006), ao enfatizar que, para a implementação da EAD nos dias atuais, deve-se prever o uso das tecnologias digitais, com pessoal especializado para elaboração de materiais didáticos, professores capacitados e qualificados e investimentos financeiros, os quais devem ser considerados nos orçamentos das instituições, a fim de que o sistema se configure em um recurso satisfatório e confiável.

Já os alunos apresentaram opiniões diferenciadas sobre o ambiente virtual de aprendizagem adotado pela instituição.

Através da tabela 8, percebeu-se que considerável índice percentual de alunos da instituição B (69,2%) afirmou que o ambiente virtual de aprendizagem adotado atendia às expectativas do curso, entretanto, a maioria dos alunos da instituição A (54,5%) afirmou que esse ambiente atendia parcialmente às expectativas do curso. Não houve nenhum percentual referente ao quesito: não atende às expectativas do curso na instituição A. Já na instituição B existia um indicativo (10,5% e 7,7%) de insatisfação dos alunos em relação ao ambiente de aprendizagem adotado.

TABELA 8
Alunos da EAD das Instituições pesquisadas
O Ambiente Virtual de Aprendizagem adotado pela Instituição

O Ambiente Virtual de Aprendizagem adotado pela Instituição	A		B	
	Módulo I (%)	Módulo III (%)	Matemática (%)	Estatística (%)
Atende às expectativas do curso.	45,5	50,0	26,4	69,2
Atende parcialmente às expectativas do curso.	54,5	33,3	52,6	23,1
Não atende às expectativas do curso.	0,0	0,0	10,5	7,7
O software é de qualidade, mas na prática não funciona.	0,0	16,7	10,5	0,0
Outra:	0,0	0,0	0,0	0,0
TOTAL	100	100	100	100

Fonte: Fichas individuais preenchidas pelos alunos

As informações apresentadas demonstravam que a maioria dos alunos da instituição B (66,7%) acreditava que a utilização do ambiente virtual de aprendizagem contribuía, em parte, no processo de aquisição dos conhecimentos. A

maioria dos alunos da instituição A (63,6%) acreditava que a utilização do ambiente virtual de aprendizagem contribuía nesse processo. Ressaltou-se, nesse contexto, que na instituição A, no módulo I, não havia nenhum percentual referente ao quesito: a utilização do ambiente virtual de aprendizagem não contribuiu no processo de aquisição dos conhecimentos, entretanto, no módulo III, havia um percentual de (16,7%) de insatisfação. Já na instituição B, existia um indicativo (11,1% e 15,4%) de insatisfação nas duas disciplinas pesquisadas, conforme os dados apresentados na tabela 9.

TABELA 9
Alunos da EAD das Instituições pesquisadas
Contribuições da utilização do Ambiente Virtual de Aprendizagem

Contribuições da utilização do Ambiente Virtual de Aprendizagem	A		B	
	Módulo I (%)	Módulo III (%)	Matemática (%)	Estatística (%)
Sim	63,6	25,0	22,2	61,5
Não	0,0	16,7	11,1	15,4
Em parte	36,4	58,3	66,7	23,1
TOTAL	100	100	100	100

Fonte: Fichas individuais preenchidas pelos alunos

Quanto à infra-estrutura tecnológica e de recursos humanos disponibilizada para o desenvolvimento da modalidade de EAD tanto na instituição A, quanto na instituição B, os coordenadores apresentaram suas respectivas equipes envolvidas nessa modalidade de ensino.

Em termos de base tecnológica, hoje temos servidores instalados em empresas em São Paulo, com uma conexão muito franca e disponível, temos uma contingência dentro dos nossos servidores, temos uma equipe com um coordenador pedagógico, seis pedagogos, cinco web designers, mais o pessoal de secretaria, infra-estrutura, monitoria, totalizando aproximadamente quatorze pessoas, sendo que todo o desenvolvimento de tecnologia é terceirizado através dessa plataforma, que é a mesma plataforma que a gente utiliza para o controle acadêmico, como notas, faltas, matrícula etc. (COORDENADOR, INSTITUIÇÃO A).

Na instituição B, o coordenador fez uma breve retrospectiva da equipe anterior, em que atuavam dez funcionários de forma descoordenada, mas em sua gestão, foi feita uma nova organização da equipe, onde quatro colaboradores se dedicavam de acordo com a formação e o talento de cada um. Entretanto, não era uma estrutura estanque, todos participavam da produção de material, da discussão de *layout*, da qualidade do material do professor, do atendimento aos alunos e das tecnologias que estavam sendo utilizadas. Em seguida, o coordenador apresentou a infra-estrutura tecnológica disponibilizada por esta instituição.

[...] nós temos hoje quatro servidores, de arquitetura IBM, máquinas Intel Pentium 4, com um Giga de RAM cada um, e em média com HD's de 80 Giga, além de cinco estações de trabalho IBM locais. Existe uma questão a ser levantada que é a questão dos *links* de comunicação. Nós utilizamos os *links* corporativos da própria instituição, pois existe uma rede em vários campi, e cada campi tem dois *links*, um acadêmico e um outro gerencial/administrativo, e existe uma variação de um Giga, dois Giga ou 512 Kb de velocidade, variando de acordo com a demanda. (COORDENADOR, INSTITUIÇÃO B).

No que diz respeito à implementação da EAD e sobre a percepção dos coordenadores envolvidos, foi abordado um último quesito. Eles apontaram como a modalidade de EAD se situa na instituição. Percebeu-se, portanto, uma unanimidade sobre a aproximação da instituição virtual com a instituição presencial.

Num primeiro momento ela ficou muito de forma paralela, à medida que a gente foi desenvolvendo o nosso trabalho, houve uma aproximação maior entre a Educação a Distância e a instituição como um todo. A própria mudança da base física da instituição Virtual para perto da reitoria, está fazendo com que toda estrutura de gestão da instituição também seja a estrutura de gestão da instituição Virtual. Tanto a secretaria, quanto a área financeira e de comunicação são comuns, mas nós temos ainda uma secretaria de apoio que é necessária, mas hoje está tudo unificado. (COORDENADOR, INSTITUIÇÃO A).

A nossa perspectiva é que ela não pode, não deve e não venha a ser tratada em paralelo, nós estamos no *site* da instituição, fisicamente dentro da instituição e participamos de encontros, participamos de eventos, e o nosso trabalho hoje, nesse sentido, tem sido o de integrar cada vez mais. Um dos nossos projetos é utilizar a tecnologia do ensino a distância no apoio ao ensino presencial, de forma com o que aquilo que nós produzimos possa ser aplicado a critério de cada professor como apoio as suas aulas presenciais. (COORDENADOR, INSTITUIÇÃO B).

Em alguns aspectos, os atores se posicionaram de formas diferenciadas em relação ao tempo de implementação da EAD, da escolha/seleção dos professores para atuarem nessa modalidade de ensino e a escolha do ambiente virtual de aprendizagem. Entretanto, houve uma unanimidade quanto aos critérios de escolhas das disciplinas e/ou cursos e ao desejo e a crença na busca por melhorias e avanços para uma expansão, cada vez maior, da EAD em ambas as instituições de ensino.

8 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A EAD existe no mundo há aproximadamente 150 anos, sendo que inicialmente era desenvolvida por meio de cartas e manuais impressos, sem utilizar nenhum tipo de tecnologia digital, porém, essa modalidade de educação vem sendo foco de estudos e pesquisas acadêmicas, de forma sistemática a apenas duas décadas em nível mundial. (MAIA; ABAL 2001, apud MAIA; MEIRELES, 2001). Esse fato se deve ao incrível avanço das tecnologias de informação e de telecomunicação nesse período, as quais constituíram a base para a EAD nos dias atuais. Diante desse contexto, pôde-se constatar que a EAD ainda é um campo a ser muito pesquisado e explorado, principalmente se pensarmos nessa modalidade de ensino na educação superior em nosso país.

Nesse sentido, a pesquisa em questão teve o objetivo de contribuir com as observações que foram realizadas em torno das questões levantadas sobre os ambientes virtuais de aprendizagem e sobre as novas possibilidades que estes oferecem para a educação, destacando-se os recursos e as metodologias de ensino da EAD nos cursos de graduação, tendo como campo de pesquisa duas instituições particulares de ensino superior, da cidade de Belo Horizonte-MG, que ofertavam cursos e/ou disciplinas na modalidade a distância.

Pôde-se observar com a pesquisa que ambas as instituições pesquisadas já ofertavam 20% ou mais de suas disciplinas e/ou cursos na modalidade a distância. Foi enfatizado por meio da fala dos coordenadores que os critérios que determinavam a oferta ou não desses cursos e/ou disciplinas eram baseados na demanda dos alunos ou em função de disciplinas que são comuns aos vários cursos nas instituições, possibilitando aos alunos uma maior flexibilização de horários para a conclusão dos seus cursos.

Em relação às metodologias e aos recursos utilizados pelos professores, ficou evidenciado que não havia um modelo específico a ser seguido. Nas disciplinas da área de ciências humanas, os professores adotavam uma metodologia onde eram disponibilizados pequenos vídeos gravados, com comentários da matéria, também eram disponibilizados textos complementares e eram propostos fóruns de discussão sobre as temáticas pertinentes, mas, em contrapartida, nas disciplinas da área de exatas, os professores buscavam, além das listas de exercícios, representar

algumas situações abstratas envolvendo algum tipo de simulação computacional, com o intuito de promover um melhor entendimento dos conteúdos por parte dos alunos. É importante destacar que os professores da área de exatas relataram, em seus depoimentos, inúmeras dificuldades, pois suas disciplinas requeriam muita abstração e, além disso, ainda tinham que lidar com o fato dessas disciplinas carregarem o estigma de serem complicadas, como é o caso da matemática. Outro fator complicador relatado pelos professores e alunos dizia respeito às dificuldades tecnológicas, como e-mails que não chegavam e falta de acesso aos AVA, onde estavam contidos os materiais didáticos das disciplinas e as informações pertinentes ao cursos. Constatou-se que a interface dos AVA ainda era complicada, não confiável e pouco intuitiva, tanto para os alunos quanto para os professores, e esses sistemas ainda teriam que ser muito aperfeiçoados e sofrer várias adequações para promoverem a melhoria do ensino/aprendizagem em EAD. Segundo os dados coletados, os recursos mais utilizados pelos professores na EAD eram os fóruns de discussão e os *chats*, apesar desse último ser muito criticado por alguns professores, devido ao fato de ter como pré-requisito, para a sua realização, a compatibilização dos horários dos participantes, fato esse que raramente ocorria. Outro apontamento explicitado pelos professores foi o alto índice de desistência dos alunos e um índice considerável de reprovação, devido ao fato de muitos alunos se matricularem e nunca ou quase nunca acessarem o AVA, ou, até mesmo, não comparecem às avaliações presenciais durante o curso e/ou disciplina. A partir desse estudo de caso, percebeu-se que a maioria dos alunos ainda não estava preparada para atender aos requisitos exigidos para estudar na modalidade de Educação a Distância.

Entretanto, observou-se que os alunos que permaneciam até o final e se dedicavam e cumpriam com suas atividades eram aprovados.

Em relação ao perfil dos alunos que optaram por essa modalidade de ensino, ficou evidenciado na fala dos coordenadores e dos professores que, estes, realmente não dispunham de muito tempo, ou que viajam muito a trabalho, ou ainda que residiam em cidades onde não eram ofertados os cursos que desejavam fazer. Nesse caso, houve uma distorção da idéia de tempo na concepção desses alunos. Eles acreditavam que a EAD é para quem não tem tempo algum, quando, na verdade, ela está para aqueles que não dispõem de um tempo sincronizado com o tempo da educação presencial, o que não invalida a necessidade de disponibilização

de tempo, pois este é fundamental para o cumprimento das atividades nas disciplinas e/ou cursos ofertados na modalidade de EAD. Um outro perfil é o dos alunos que vêm transferidos de outras instituições, e que geralmente necessitam fazer adaptações nos seus currículos para concluírem os seus cursos. Os alunos apontaram algumas dificuldades encontradas na EAD, como manter a autodisciplina para estudar, a falta de interação com os professores e colegas e, principalmente, às dúvidas que surgiam sobre os conteúdos estudados durante o curso.

A prática na EAD requer habilidade e disposição do professor. Devido às peculiaridades da Educação a Distância, como, por exemplo, a falta de contato presencial, sendo assim, é preciso que o professor diversifique constantemente sua metodologia de trabalho para que os alunos não percam o interesse pelas atividades propostas, bem como elabore material didático que apresente uma linguagem clara e objetiva.

Diante de todos os depoimentos, tanto dos coordenadores quanto dos professores e dos alunos, pode-se perceber que ainda existem muitas deficiências na formação desses professores que atuam na EAD, pois todos, sem exceção, atuavam na modalidade presencial e foram convidados a lecionar na modalidade a distância, sem receber a devida capacitação para tal. Vale ressaltar que, em uma das instituições pesquisadas, já existia uma enorme preocupação em relação à capacitação dos professores que fossem atuar na EAD, ficando explicitado na fala do assessor pedagógico 1 que, no tempo da pesquisa, estavam sendo implementados alguns projetos na instituição A para viabilizar essa formação.

Quanto à implementação da EAD nas instituições selecionadas, os atores indicaram a necessidade de melhorias e avanços em seus ambientes virtuais de aprendizagem, a fim de que estes pudessem oferecer uma maior interatividade entre professores e alunos e entre alunos e alunos.

Como a EAD ainda é uma modalidade de educação a ser muito explorada, fica-se na expectativa de que as experimentações e as pesquisas feitas com a ela, cada vez mais, possam servir de referência e de moldes, a fim de que através da EAD possamos promover uma real democratização do ensino e que ela se torne a modalidade de educação predominante, em um futuro próximo. Espera-se, ainda, que esta pesquisa científica possa promover reflexões e sirva de guia para estudos futuros, contribuindo para o avanço da Educação a Distância em nosso país e no mundo.

BIBLIOGRAFIA

ALVES, João Roberto Moreira. **A Educação a distância no Brasil: síntese histórica e perspectivas**. Rio de Janeiro: Instituto de Pesquisa Avançadas em Educação, 1994.

ALVES, Lynn; NOVA, Cristiane (Org.). **Educação a distância: Uma nova concepção de aprendizagem e interatividade**. São Paulo: Futura, 2003.

AZEVEDO, Wilson. **Panorama atual da Educação a Distância no Brasil**. Disponível em: <http://www.escolanet.com.br/sala_leitura/txt_integral.html>. Acesso em: 10/10/2005.

BOGDAN, R.; Biklen S. **Investigação Qualitativa em Educação – Uma introdução à teoria e aos métodos**. Porto: Porto Editora, 1994.

BRASIL. **Decreto nº 5.622, de 19 de dezembro de 2005**. Caracteriza a Educação a Distância como modalidade educacional na qual a mediação didático-pedagógica nos processos de ensino e aprendizagem ocorre com a utilização de meios e tecnologias de informação e comunicação, com estudantes e professores desenvolvendo atividades educativas em lugares ou tempos diversos. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil/_Ato2004-2006/2005/Decreto/D5622.htm> Acesso em: 15 out. 2006.

BRASIL. **Lei nº 9.394/96, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/seed/arquivos/pdf/tvescola/leis/lein9394.pdf>> Acesso em: 15 out. 2006.

BRASIL. **Portaria nº 4.059/2004, de 10 de dezembro de 2004**. Autoriza as instituições de ensino superior introduzir, na organização pedagógica e curricular de seus cursos superiores reconhecidos, a oferta de disciplinas integrantes do currículo que utilizem modalidade semi-presencial. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/sesu/arquivos/pdf/port4059-2004.pdf>> Acesso em: 20 out. 2006.

BRASIL. **Portaria normativa nº 2/2007, de 10 de janeiro 2007**. Dispõe sobre os procedimentos de regulação e avaliação da educação superior na modalidade a distância. Disponível em: <portal.mec.gov.br/sesu/arquivos/pdf/pdi/port%20-normativa%20n2%20de%2010%20de%20janeiro%20de%202007.pdf> Acesso em: 20 out. 2006.

CASTELLS, Manuel. **Sociedade em rede**. 3 ed. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

CONTRERAS, José. **A Autonomia de Professores**. São Paulo: Cortez, 2002.

COSTA, José Wilson; OLIVEIRA, Maria Auxiliadora Monteiro de (Org.). **Novas linguagens e novas metodologias: educação e sociabilidade**. Rio de Janeiro: Vozes, 2004.

CUNHA, Helenice Rego dos Santos. **Padrão PUC Minas de normalização**: normas da ABNT para apresentação de trabalhos científicos, teses, dissertações e monografias. Belo Horizonte: PUC Minas, 2007.

DEL CASTILLO, Renata Almeida Fonseca. **Moodle (Modular Object Oriented Dynamic Learning Environment)**. Disponível em: <http://www.ccuec.unicamp.br/EAD/index_html?foco2=Publicacoes/78095/947021&focomenu=Publicacoes>. Acesso em 14/04/2006.

GIUSTA, Agnela da Silva; FRANCO, Iara Melo (Org.). **Educação a Distância**: uma articulação entre a teoria e a prática. Belo Horizonte: PUC Minas, 2003.

GRINSPUN, Mírian. Paura S. Zippin (Org.). **Educação Tecnológica**: Desafios e perspectivas. São Paulo: Cortez, 2001.

GRINSPUN, Mírian. P. S. Z. **Os novos paradigmas em educação**: os caminhos viáveis para uma análise. In: **Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos**, Brasília. v.75, n.179-181, p. 211-242, jan./dez. 1994.

LÉVY, Pierre. **O que é o virtual**. São Paulo: 34, 1996.

_____. **Cibercultura**. São Paulo: 34, 1999.

LITWIN, Edith. Introdução: O Bom Ensino na Educação a Distância. In: **Educação a Distância**: temas para o debate de uma nova agenda educativa. Porto Alegre: Artmed, 2001.

LUCENA, Roberto. **Estruturas de um software LMS**. Disponível em: <<http://www.abed.org.br/publique/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm?UserActiveTemplate=1por&infoid=883&sid=135>> Acesso em: 11 out. 2006.

LUDKE, Menga; ANDRÉ, Marli E. D. A. **Pesquisa em Educação**: Abordagens Qualitativas. São Paulo: EPU, 1986.

LUCKESI, Cipriano Carlos. Democratização da educação: ensino a distância como alternativa. In: **Tecnologia & Educação**, v. 18, nº 89/90/91, Rio de Janeiro, 1991.

MAIA, Marta de Campos; MEIRELES, Fernando Souza. Educação a Distância e o ensino superior no Brasil. In: **Revista Brasileira de Aprendizagem Aberta e a Distância**. v. 2, nº 3, 2003. Disponível em: <<http://www.abed.org.br/publique/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm?UserActiveTemplate=1por&infoid=882&sid=69>> Acesso em: 10 jun. 2007.

MAGGIO, Mariana. O tutor na Educação a Distância. In: LITWIN, Edith (Org.). **Educação a Distância**: temas para o debate de uma nova agenda. Porto Alegre: Artmed, 2001.

MOORE, Michael G. **Distance Education**: a system view. 1996

MORAN, José Manuel; MASSETO, Marcos T; BEHERENS, Marialda Aparecida. **Novas tecnologias e mediação pedagógica**. 4. ed. São Paulo: Papirus, 2004.

MORAES, Maria Cândida. **O paradigma educacional emergente**. Campinas: Papyrus, 1997.

NÓVOA, António. Formação de professores e profissão docente. In: NÓVOA, António (Org.). **Os professores e a sua formação**. Lisboa: Nova Enciclopédia, 1997, p.15-33.

PETERS, Oto. **A educação a distância em transição**. São Leopoldo: Unisinos, 2003.

_____. **Didática do ensino a distância**. São Leopoldo: Unisinos, 2001.

PIMENTA, Selma Garrido. Professor reflexivo: construindo uma crítica. In: GHEDIN, Evandro; PIMENTA, Selma Garrido (Orgs.). **Professor Reflexivo no Brasil**. São Paulo: Cortez, 2002, p.17-52.

PRATES, M.; LOYOLLA, W. P. D. C. **Educação a Distância mediada por computador (EDMC)** – Uma proposta pedagógica. Disponível na Internet em: <<http://www.puccamp.br/~prates/edmc.html>>. Acesso em 20/04/2006.

PRETI, Oreste. **Educação a distância**: uma prática educativa mediadora e mediatizada. In: PRETI, Oreste. **Educação a distância: inícios e indícios de um percurso**. NEAD/IE – UFMT, Cuiabá. 1996.

PRETI, Oreste. **Educação a distância**: construindo significados. Cuiabá: NEAD/IE – UFMT, Brasília, 2000.

ROCA, Octavi. A autoformatação e a formação a distância: as tecnologias da educação nos processos de aprendizagem. In SANCHO, Juana M. **Para uma tecnologia educacional**. Porto Alegre: Artmed, 1998.

ROMANELLI, Otaíza de Oliveira. **História da Educação no Brasil**. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 1989.

SEIXAS, Carlos Alberto; MENDES, Isabel A. Costa. **E-learning e educação a distância**: guia prático para implantação de sistemas abertos. São Paulo: Atlas, 2006.

APÊNDICES

APÊNDICE A – Roteiro de entrevista com o coordenador

APÊNDICE B – Roteiro de entrevista com o professor

APÊNDICE C – Questionário estruturado de aplicação junto aos alunos

APÊNDICE A

ROTEIRO DE ENTREVISTA COM O COORDENADOR

1) Comente sobre as normas institucionais da EAD:

- Qual é a perspectiva de implementação dos 20% de disciplinas virtuais nos cursos de graduação da Instituição?
- Quais critérios determinam a escolha das disciplinas e/ou cursos ofertados pela instituição na modalidade a distância?
- Como a modalidade de EAD se situa na instituição? Está incorporada ou é considerada uma instituição paralela?

2) Comente sobre a metodologia de EAD:

- Quais foram os critérios utilizados para a escolha do ambiente virtual de aprendizagem adotado pela instituição? Faça uma explanação sobre o mesmo. O AVA satisfaz todas as necessidades exigidas nos cursos e/ou disciplinas?
- Qual é a infra-estrutura tecnológica e de recursos humanos disponibilizada para o desenvolvimento da modalidade de EAD na instituição?
- Quais os critérios utilizados para a escolha dos professores e tutores dos cursos e/ou disciplinas na modalidade de EAD da Instituição? Eles recebem treinamento específico para atuarem nessa modalidade de ensino? Comente.

3) Descreva sobre o perfil dos alunos da EAD:

- Qual é o perfil do aluno que busca essa modalidade de ensino? Comente.

APÊNDICE B

ROTEIRO DE ENTREVISTA COM OS PROFESSORES

Nome:

Instituição:

Curso:

Disciplina:

- 1) Fale sobre sua vida profissional na EAD.
 - > Como ingressou na EAD?
 - > Sempre trabalhou com a EAD? Em quais instituições? Em quais disciplinas?
 - > Quais foram os motivos da opção pelo magistério na Educação a Distância?
 - > Quais as dificuldades enfrentadas na atuação docente na EAD e possíveis alternativas que sugere?
 - > Qual é o seu posicionamento diante das normas institucionais na EAD?

- 2) Na sua percepção, quais as metodologias de ensino devem ser empregadas em um ambiente virtual? Comente.

- 3) Fale sobre os elementos didáticos utilizados em sua prática docente na EAD.

- 4) Comente sobre o processo de transposição da modalidade presencial para a virtual (Conteúdos de disciplinas, trabalhos, avaliações).

- 5) Qual é a sua percepção sobre o ambiente virtual de aprendizagem adotado pela instituição?

- 6) Como é a sua atuação nos cursos e/ou disciplinas ofertadas na modalidade a distância pela instituição?

- 7) Você apresenta domínio da tecnologia e dos recursos para a EAD?

- 8) Diante da sua experiência, qual é o perfil do aluno que busca essa modalidade de ensino?

APÊNDICE C

Prezado aluno,

O questionário abaixo é um elemento integrante de minha pesquisa acadêmica, no Mestrado em Educação Tecnológica do CEFET-MG, a respeito de como os Ambientes Virtuais podem contribuir para a aprendizagem nos Cursos de Graduação.

As questões a seguir irão promover a elucidação de alguns questionamentos levantados na pesquisa. Expresse a sua opinião! Ela é muito importante! Os nomes dos alunos serão preservados e mantidos em sigilo com o pesquisador.

Siga em frente e dê a sua contribuição para o aprimoramento da Educação a Distância (EAD) nos cursos de graduação.

Como incentivo para os alunos que participarem dessa pesquisa, farei o sorteio de um TOCA-MP3, no dia 20 de dezembro! Boa sorte a todos !

Desde já agradecido,

Mestrando Rodrigo Soares

CEFET- MG – MESTRADO EM EDUCAÇÃO TECNOLÓGICA

ORIENTADOR: PROF. DR. JOSÉ WILSON DA COSTA - MESTRANDO: RODRIGO ALMEIDA SOARES

PESQUISA SOBRE OS RECURSOS E AS METODOLOGIAS DA EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA NOS CURSOS DE GRADUAÇÃO

DADOS DE IDENTIFICAÇÃO DO ALUNO

Nome completo:

Idade:

Telefone:

e-mail:

Instituição:

Disciplina:

Curso:

Período:

OBS: Em algumas das questões abaixo você poderá marcar mais de um item.

1) Qual(is) motivo(s) te levou(aram) a optar pela educação à distância?

- Devido a disponibilidade tempo.
- Devido a disponibilidade profissional.
- Acredita-se ser mais fácil do que a modalidade presencial.
- Peculiaridades da Educação a Distância (síncrona e/ou assíncrona).
- Outros motivos: (especifique)

2) Há influência de sua atuação profissional na escolha pela EAD? Sim () Não ()

Justifique:

3) Qual(is) domínio(s) da tecnologia e de recursos para a EAD você apresenta?

- Editor de textos (Ex.: Word, Writer).
- Planilha Eletrônica (Ex.: Excel, Calc).
- Software de apresentação (Ex.: Power Point, Impress).
- Ambiente virtual de aprendizagem institucional (Ex. Moodle, Learning Space, Cadsoft, etc).
- Outros: (especifique)

4) Qual é a sua percepção sobre o Ambiente Virtual de Aprendizagem adotado pela instituição?

- Atende as expectativas do curso.
- Atende parcialmente as expectativas do curso.
- Não atende as expectativas do curso.
- O software é de qualidade, mas na prática não funciona.
- Outra: (especifique)

5) O uso do ambiente virtual de aprendizagem adotado pela instituição contribui para a sua autonomia em acessar informações, estudar, fazer trabalhos e interagir com o seu professor/tutor e com seus colegas?

- Sim
- Não
- Em parte

6) Quais são os recursos mais utilizados pelos professores e tutores para promover a interatividade entre alunos x tutor/professor e alunos x alunos?

- Fóruns de discussão.
- Chats.
- Mensagens instantâneas.
- Vídeo-conferência.
- Outros:

7) Qual é o tempo semanal dedicado por você aos estudos? (Leve em conta o tempo utilizando o ambiente virtual de aprendizagem e os possíveis materiais impressos ou em formato digital do seu curso).

- Menos de 1 hora.
- Entre 1 e 3 horas.
- Entre 3 e 5 horas.
- Entre 5 e 10 horas.
- Mais de 10 horas.

8) Qual é a sua percepção sobre a atuação dos tutores e dos professores na Educação a Distância desta instituição?

- São dedicados e cumprem satisfatoriamente seus papéis.
- Os professores atuam de maneira satisfatória, os tutores não.
- Os professores não atuam de maneira satisfatória, os tutores sim.
- Ambos não cumprem satisfatoriamente seus papéis.
- Outra: (especifique)

9) Defina a atuação dos professores relacionando com o seu processo de aprendizagem.

- É satisfatória, pois sempre que solicitado dá um retorno para o aluno.
- Atende parcialmente as solicitações dos alunos,
- Insatisfatória, pois sempre que solicitado não dá um retorno para o aluno.
- É um bom professor, mas não tem perfil para trabalhar com a EAD.
- Outra: (especifique)

10) Quando ocorre a disponibilização do material didático e a estruturação do mesmo?

- Em tempo hábil e didaticamente bem estruturado.
- Atrasado, mas didaticamente bem estruturado.
- Em tempo hábil, mas didaticamente mal estruturado.
- Atrasado e didaticamente mal estruturado.
- Outro: (especifique)

11) Como é feita a disponibilização e qual é o formato do material didático distribuído para os alunos da EAD?

- Pelo correio, material impresso.
- Pelo correio, material impresso e no formato digital (CD/DVD, e-mail).
- É retirado na instituição no ato da matrícula, material impresso.
- É retirado na instituição no ato da matrícula, material impresso e no formato digital (CD/DVD, e-mail).
- É disponibilizado ao longo do curso, através do próprio Ambiente Virtual de Aprendizagem.

12) Identifique as principais vantagens encontradas ao estudar na modalidade de EAD.

- Flexibilidade de tempo e horário.
- Flexibilidade para atuação profissional.
- Facilidade de acesso ao conhecimento.
- Facilidade de entendimento do conteúdo.
- Outra: (especifique)

13) Identifique as principais desvantagens encontradas ao estudar na modalidade de EAD.

- Falta de interação com os professores e alunos.
- Dificuldade de acesso às informações.
- Falta de auxílio às dúvidas e questões que surgem durante o curso.
- Dificuldades em manter a autodisciplina necessária para estudar.
- Outras: (especifique)

14) Em relação ao grau de complexidade das avaliações na modalidade de EAD, identifique:

-) São mais fáceis do que as do ensino presencial.
-) São mais difíceis do que as do ensino presencial.
-) Não existe diferença entre as do ensino presencial e as da EAD.

15) Quanto aos critérios adotados nas avaliações da EAD, responda:

-) São informados com clareza aos alunos
-) Não são informados com clareza aos alunos
-) São parcialmente informados aos alunos
-) São elaborados com a participação dos alunos
-) Não são elaborados com a participação dos alunos
-) São parcialmente elaborados com a participação dos alunos

ANEXOS

ANEXO A – Decreto n.º 2.494, de 10 de fevereiro de 1998

ANEXO B – Decreto n.º 5.622, de 19 de dezembro de 2005

ANEXO C – Portaria n.º 4.059, de 10 de dezembro de 2004

ANEXO D – Portaria normativa n.º 2, de 10 de janeiro de 2007

ANEXO A

DECRETO N.º 2.494, DE 10 DE FEVEREIRO DE 1998. Regulamenta o Art. 80 da LDB (Lei n.º 9.394/96)

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no uso da atribuição que lhe confere o art. 84, inciso IV da Constituição, e de acordo com o disposto no art. 80 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996.

DECRETA:

Art. 1º Educação a distância é uma forma de ensino que possibilita a auto-aprendizagem, com a mediação de recursos didáticos sistematicamente organizados, apresentados em diferentes suportes de informação, utilizados isoladamente ou combinados, e veiculados pelos diversos meios de comunicação. Parágrafo Único – Os cursos ministrados sob a forma de educação a distância serão organizados em regime especial, com flexibilidade de requisitos para admissão, horários e duração, sem prejuízo, quando for o caso, dos objetivos e das diretrizes curriculares fixadas nacionalmente.

Art. 2º Os cursos a distância que conferem certificado ou diploma de conclusão do ensino fundamental para jovens e adultos, do ensino médio, da educação profissional, e de graduação serão oferecidas por instituições públicas ou privadas especificamente credenciadas para esse fim, nos termos deste Decreto e conforme exigências pelo Ministro de Estado da Educação e do Desporto.

§ 1º A oferta de programas de mestrado e de doutorado na modalidade a distância será objeto de regulamentação específica.

§ 2º O Credenciamento de Instituição do sistema federal de ensino, a autorização e o reconhecimento de programas a distância de educação profissional e de graduação de qualquer sistema de ensino, deverão observar, além do que estabelece este Decreto, o que dispõem as normas contidas em legislação específica e as regulamentações a serem fixadas pelo Ministro de Educação e do Desporto.

§ 3º A autorização, o reconhecimento de cursos e o credenciamento de Instituições do sistema federal de ensino que ofereçam cursos de educação profissional a distância deverão observar, além do que estabelece este Decreto, o que dispõem as normas contidas em legislação específica.

§ 4º O credenciamento das Instituições e a autorização dos cursos serão limitados a cinco anos, podendo ser renovados após a avaliação.

§ 5º A avaliação de que trata o parágrafo anterior, obedecerá a procedimentos, critérios e indicadores de qualidade definidos em ato próprio, a ser expedido pelo Ministro de Estado da Educação e do Desporto.

§ 6º A falta de atendimento aos padrões de qualidade e a ocorrência de irregularidade de qualquer ordem serão objeto de diligências, sindicância, e, se for o caso, de processo administrativo que vise a apurá-los, sustentando-se, de imediato, a tramitação de pleitos de interesse da instituição, podendo ainda acarretar-lhe o descredenciamento.

Art. 3º A matrícula nos cursos a distância do ensino fundamental para jovens e adultos, médio e educação profissional será feita independentemente de escolarização anterior, mediante avaliação que define o grau de desenvolvimento e experiência do candidato e permita sua inscrição na etapa adequada, conforme regulamentação do respectivo sistema de ensino.

Parágrafo Único – A matrícula nos cursos de graduação e pós-graduação será efetivada mediante comprovação dos requisitos estabelecidos na legislação que regula esses níveis.

Art. 4º Os cursos a distância poderão aceitar transferência e aproveitar créditos obtidos pelos alunos em cursos presenciais, da mesma forma que as certificações totais ou parciais obtidas em cursos a distância poderão ser aceitas em cursos presenciais.

Art. 5º Os certificados e diplomas de cursos a distância autorizados pelos sistemas de ensino, expedidos por instituições credenciadas e registrados na forma da lei, terão validades nacional.

Art. 6º Os certificados e diplomas de cursos a distância emitidos por instituições estrangeiras, mesmo quando realizados em cooperação com instituições sediadas no Brasil, deverão ser revalidados para gerarem efeitos legais, de acordo com as normas vigentes para o ensino presencial.

Art. 7º A avaliação do rendimento do aluno para fins de promoção, certificação ou diplomação, realizar-se-á no processo por meio de exames presenciais, de responsabilidade da Instituição credenciada para ministrar o curso, segundo procedimentos e critérios definidos no projeto autorizado.

Parágrafo Único: Os exames deverão avaliar competências descritas nas diretrizes curriculares nacionais, quando for o caso, bem como conteúdos e habilidades que cada curso se propõe a desenvolver.

Art. 8º Nos níveis fundamental para jovens e adultos, médio e educação profissional, os sistemas de ensino poderão credenciar instituições exclusivamente para a realização de exames finais, atendidas às normas gerais da educação nacional.

§ 1º Será exigência para credenciamento dessas Instituições a construção e manutenção de banco de itens que será objeto de avaliação periódica.

§ 2º Os exames dos cursos de educação profissional devem contemplar conhecimentos práticos, avaliados em ambientes apropriados.

§ 3º Para exame dos conhecimentos práticos a que refere o parágrafo anterior, as Instituições credenciadas poderão estabelecer parcerias, convênios ou consórcios com Instituições especializadas no preparo profissional, escolas técnicas, empresas e outras adequadamente aparelhadas.

Art. 9º O Poder Público divulgará, periodicamente, a relação das Instituições credenciadas, recredenciadas e os cursos ou programas autorizados.

Art. 10º As Instituições de ensino que já oferecem cursos a distância deverão, no prazo de um ano da vigência deste Decreto, atender às exigências nele estabelecidas.

Art. 11º Fica delegada competência ao Ministro de Estado da Educação e do Desporto, em conformidade ao estabelecimento nos art. 11 e 12 do Decreto-Lei nº 200 de 25 de Fevereiro de 1967, para promover os atos de credenciamento de que trata o § 1º do art. 80 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, das Instituições vinculadas ao sistema federal de ensino e das Instituições vinculadas ao sistema federal de ensino e das Instituições de educação profissional e de ensino superior demais sistemas.

Art. 12º Fica delegada competência às autoridades integrantes dos demais sistemas de ensino de que trata o art. 80 da Lei 9.394, para promover os atos de credenciamento de Instituições localizadas no âmbito de suas respectivas atribuições, para oferta de cursos a distância dirigidos à educação de jovens e adultos e ensino médio.

Art. 13º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 10 de fevereiro de 1998, 117º dia da Independência e 110º da República.

FERNANDO HENRIQUE CARDOSO – Presidente da República
PAULO RENATO SOUZA – Ministro de Estado da Educação e Cultura

ANEXO B

DECRETO Nº 5.622, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2005.

Vide Lei nº 9.394, de 1996. Regulamenta o art. 80 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no uso das atribuições que lhe confere o art. 84, incisos IV e VI, alínea "a", da Constituição, e tendo em vista o que dispõem os arts. 80, § 1o, e 80 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, DECRETA:

CAPÍTULO I

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 1o Para os fins deste Decreto, caracteriza-se a educação a distância como modalidade educacional na qual a mediação didático-pedagógica nos processos de ensino e aprendizagem ocorre com a utilização de meios e tecnologias de informação e comunicação, com estudantes e professores desenvolvendo atividades educativas em lugares ou tempos diversos.

§ 1o A educação a distância organiza-se segundo metodologia, gestão e avaliação peculiares, para as quais deverá estar prevista a obrigatoriedade de momentos presenciais para:

- I - avaliações de estudantes;
- II - estágios obrigatórios, quando previstos na legislação pertinente;
- III - defesa de trabalhos de conclusão de curso, quando previstos na legislação pertinente; e
- IV - atividades relacionadas a laboratórios de ensino, quando for o caso.

Art. 2o A educação a distância poderá ser ofertada nos seguintes níveis e modalidades educacionais:

- I - educação básica, nos termos do art. 30 deste Decreto;
- II - educação de jovens e adultos, nos termos do art. 37 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996;
- III - educação especial, respeitadas as especificidades legais pertinentes;
- IV - educação profissional, abrangendo os seguintes cursos e programas:
 - a) técnicos, de nível médio; e
 - b) tecnológicos, de nível superior;
- V - educação superior, abrangendo os seguintes cursos e programas:
 - a) seqüenciais;
 - b) de graduação;
 - c) de especialização;
 - d) de mestrado; e
 - e) de doutorado.

Art. 3o A criação, organização, oferta e desenvolvimento de cursos e programas a distância deverão observar ao estabelecido na legislação e em regulamentações em vigor, para os respectivos níveis e modalidades da educação nacional.

§ 1o Os cursos e programas a distância deverão ser projetados com a mesma duração definida para os respectivos cursos na modalidade presencial.

§ 2o Os cursos e programas a distância poderão aceitar transferência e aproveitar estudos realizados pelos estudantes em cursos e programas presenciais, da mesma forma que as certificações totais ou parciais obtidas nos cursos e programas a distância poderão ser aceitas em outros cursos e programas a distância e em cursos e programas presenciais, conforme a legislação em vigor.

Art. 4o A avaliação do desempenho do estudante para fins de promoção, conclusão de estudos e obtenção de diplomas ou certificados dar-se-á no processo, mediante:

- I - cumprimento das atividades programadas; e
- II - realização de exames presenciais.

§ 1o Os exames citados no inciso II serão elaborados pela própria instituição de ensino credenciada, segundo procedimentos e critérios definidos no projeto pedagógico do curso ou programa.

§ 2o Os resultados dos exames citados no inciso II deverão prevalecer sobre os demais resultados obtidos em quaisquer outras formas de avaliação a distância.

Art. 5o Os diplomas e certificados de cursos e programas a distância, expedidos por instituições credenciadas e registrados na forma da lei, terão validade nacional.

Parágrafo único. A emissão e registro de diplomas de cursos e programas a distância deverão ser realizados conforme legislação educacional pertinente.

Art. 6o Os convênios e os acordos de cooperação celebrados para fins de oferta de cursos ou programas a distância entre instituições de ensino brasileiras, devidamente credenciadas, e suas similares estrangeiras, deverão ser previamente submetidos à análise e homologação pelo órgão normativo do respectivo sistema de ensino, para que os diplomas e certificados emitidos tenham validade nacional.

Art. 7o Compete ao Ministério da Educação, mediante articulação entre seus órgãos, organizar, em regime de colaboração, nos termos dos arts. 8o, 9o, 10 e 11 da Lei no 9.394, de 1996, a cooperação e integração entre os sistemas de ensino, objetivando a padronização de normas e procedimentos para, em atendimento ao disposto no art. 8o daquela Lei:

I - credenciamento e renovação de credenciamento de instituições para oferta de educação a distância; e

II - autorização, renovação de autorização, reconhecimento e renovação de reconhecimento dos cursos ou programas a distância.

Parágrafo único. Os atos do Poder Público, citados nos incisos I e II, deverão ser pautados pelos Referenciais de Qualidade para a Educação a distância, definidos pelo Ministério da Educação, em colaboração com os sistemas de ensino.

Art. 8o Os sistemas de ensino, em regime de colaboração, organizarão e manterão sistemas de informação abertos ao público com os dados de:

I - credenciamento e renovação de credenciamento institucional;

II - autorização e renovação de autorização de cursos ou programas a distância;

III - reconhecimento e renovação de reconhecimento de cursos ou programas a distância; e

IV - resultados dos processos de supervisão e de avaliação.

Parágrafo único. O Ministério da Educação deverá organizar e manter sistema de informação, aberto ao público, disponibilizando os dados nacionais referentes à educação a distância.

CAPÍTULO II

DO CREDENCIAMENTO DE INSTITUIÇÕES PARA OFERTA DE CURSOS E PROGRAMAS NA MODALIDADE A DISTÂNCIA

Art. 9o O ato de credenciamento para a oferta de cursos e programas na modalidade a distância destina-se às instituições de ensino, públicas ou privadas.

Parágrafo único. As instituições de pesquisa científica e tecnológica, públicas ou privadas, de comprovada excelência e de relevante produção em pesquisa, poderão solicitar credenciamento institucional, para a oferta de cursos ou programas a distância de:

I - especialização;

II - mestrado;

III - doutorado; e

IV - educação profissional tecnológica de pós-graduação.

Art. 10. Compete ao Ministério da Educação promover os atos de credenciamento de instituições para oferta de cursos e programas a distância para educação superior.

Art. 11. Compete às autoridades dos sistemas de ensino estadual e do Distrito Federal promover os atos de credenciamento de instituições para oferta de cursos a distância no nível básico e, no âmbito da respectiva unidade da Federação, nas modalidades de:

I - educação de jovens e adultos;

II - educação especial; e

III - educação profissional.

§ 1o Para atuar fora da unidade da Federação em que estiver sediada, a instituição deverá solicitar credenciamento junto ao Ministério da Educação.

§ 2o O credenciamento institucional previsto no § 1o será realizado em regime de colaboração e cooperação com os órgãos normativos dos sistemas de ensino envolvidos.

§ 3o Caberá ao órgão responsável pela educação a distância no Ministério da Educação, no prazo de cento e oitenta dias, contados da publicação deste Decreto, coordenar os demais órgãos do Ministério e dos sistemas de ensino para editar as normas complementares a este Decreto, para a implementação do disposto nos §§ 1o e 2o.

Art. 12. O pedido de credenciamento da instituição deverá ser formalizado junto ao órgão responsável, mediante o cumprimento dos seguintes requisitos:

I - habilitação jurídica, regularidade fiscal e capacidade econômico-financeira, conforme dispõe a legislação em vigor;

- II - histórico de funcionamento da instituição de ensino, quando for o caso;
- III - plano de desenvolvimento escolar, para as instituições de educação básica, que contemple a oferta, a distância, de cursos profissionais de nível médio e para jovens e adultos;
- IV - plano de desenvolvimento institucional, para as instituições de educação superior, que contemple a oferta de cursos e programas a distância;
- V - estatuto da universidade ou centro universitário, ou regimento da instituição isolada de educação superior;
- VI - projeto pedagógico para os cursos e programas que serão ofertados na modalidade a distância;
- VII - garantia de corpo técnico e administrativo qualificado;
- VIII - apresentar corpo docente com as qualificações exigidas na legislação em vigor e, preferencialmente, com formação para o trabalho com educação a distância;
- IX - apresentar, quando for o caso, os termos de convênios e de acordos de cooperação celebrados entre instituições brasileiras e suas co-sinatárias estrangeiras, para oferta de cursos ou programas a distância;
- X - descrição detalhada dos serviços de suporte e infra-estrutura adequados à realização do projeto pedagógico, relativamente a:
 - a) instalações físicas e infra-estrutura tecnológica de suporte e atendimento remoto aos estudantes e professores;
 - b) laboratórios científicos, quando for o caso;
 - c) pólos de educação a distância, entendidos como unidades operativas, no País ou no exterior, que poderão ser organizados em conjunto com outras instituições, para a execução descentralizada de funções pedagógico-administrativas do curso, quando for o caso;
 - d) bibliotecas adequadas, inclusive com acervo eletrônico remoto e acesso por meio de redes de comunicação e sistemas de informação, com regime de funcionamento e atendimento adequados aos estudantes de educação a distância.

§ 1º A solicitação de credenciamento da instituição deve vir acompanhada de projeto pedagógico de pelo menos um curso ou programa a distância.

§ 2º No caso de instituições de ensino que estejam em funcionamento regular, poderá haver dispensa integral ou parcial dos requisitos citados no inciso I.

Art. 13. Para os fins de que trata este Decreto, os projetos pedagógicos de cursos e programas na modalidade a distância deverão:

- I - obedecer às diretrizes curriculares nacionais, estabelecidas pelo Ministério da Educação para os respectivos níveis e modalidades educacionais;
- II - prever atendimento apropriado a estudantes portadores de necessidades especiais;
- III - explicitar a concepção pedagógica dos cursos e programas a distância, com apresentação de:
 - a) os respectivos currículos;
 - b) o número de vagas proposto;
 - c) o sistema de avaliação do estudante, prevendo avaliações presenciais e avaliações a distância; e
 - d) descrição das atividades presenciais obrigatórias, tais como estágios curriculares, defesa presencial de trabalho de conclusão de curso e das atividades em laboratórios científicos, bem como o sistema de controle de frequência dos estudantes nessas atividades, quando for o caso.

Art. 14. O credenciamento de instituição para a oferta dos cursos ou programas a distância terá prazo de validade de até cinco anos, podendo ser renovado mediante novo processo de avaliação.

§ 1º A instituição credenciada deverá iniciar o curso autorizado no prazo de até doze meses, a partir da data da publicação do respectivo ato, ficando vedada, nesse período, a transferência dos cursos e da instituição para outra mantenedora.

§ 2º Caso a implementação de cursos autorizados não ocorra no prazo definido no § 1º, os atos de credenciamento e autorização de cursos serão automaticamente tornados sem efeitos.

§ 3º As renovações de credenciamento de instituições deverão ser solicitadas no período definido pela legislação em vigor e serão concedidas por prazo limitado, não superior a cinco anos.

§ 4º Os resultados do sistema de avaliação mencionado no art. 16 deverão ser considerados para os procedimentos de renovação de credenciamento.

Art. 15. O ato de credenciamento de instituições para oferta de cursos ou programas a distância definirá a abrangência de sua atuação no território nacional, a partir da capacidade institucional para oferta de cursos ou programas, considerando as normas dos respectivos sistemas de ensino.

§ 1º A solicitação de ampliação da área de abrangência da instituição credenciada para oferta de cursos superiores a distância deverá ser feita ao órgão responsável do Ministério da Educação.

§ 2º As manifestações emitidas sobre credenciamento e renovação de credenciamento de que trata este artigo são passíveis de recurso ao órgão normativo do respectivo sistema de ensino.

Art. 16. O sistema de avaliação da educação superior, nos termos da Lei nº 10.861, de 14 de abril de 2004, aplica-se integralmente à educação superior a distância.

Art. 17. Identificadas deficiências, irregularidades ou descumprimento das condições originalmente estabelecidas, mediante ações de supervisão ou de avaliação de cursos ou instituições credenciadas para educação a distância, o órgão competente do respectivo sistema de ensino determinará, em ato próprio, observado o contraditório e ampla defesa:

I - instalação de diligência, sindicância ou processo administrativo;

II - suspensão do reconhecimento de cursos superiores ou da renovação de autorização de cursos da educação básica ou profissional;

III - intervenção;

IV - desativação de cursos; ou

V - descredenciamento da instituição para educação a distância.

§ 1º A instituição ou curso que obtiver desempenho insatisfatório na avaliação de que trata a Lei nº 10.861, de 2004, ficará sujeita ao disposto nos incisos I a IV, conforme o caso.

§ 2º As determinações de que trata o caput são passíveis de recurso ao órgão normativo do respectivo sistema de ensino.

CAPÍTULO III

DA OFERTA DE EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS, EDUCAÇÃO ESPECIAL E EDUCAÇÃO PROFISSIONAL NA MODALIDADE A DISTÂNCIA, NA EDUCAÇÃO BÁSICA

Art. 18. Os cursos e programas de educação a distância criados somente poderão ser implementados para oferta após autorização dos órgãos competentes dos respectivos sistemas de ensino.

Art. 19. A matrícula em cursos a distância para educação básica de jovens e adultos poderá ser feita independentemente de escolarização anterior, obedecida a idade mínima e mediante avaliação do educando, que permita sua inscrição na etapa adequada, conforme normas do respectivo sistema de ensino.

CAPÍTULO IV

DA OFERTA DE CURSOS SUPERIORES, NA MODALIDADE A DISTÂNCIA

Art. 20. As instituições que detêm prerrogativa de autonomia universitária credenciadas para oferta de educação superior a distância poderão criar, organizar e extinguir cursos ou programas de educação superior nessa modalidade, conforme disposto no inciso I do art. 53 da Lei nº 9.394, de 1996.

§ 1º Os cursos ou programas criados conforme o caput somente poderão ser ofertados nos limites da abrangência definida no ato de credenciamento da instituição.

§ 2º Os atos mencionados no caput deverão ser comunicados à Secretaria de Educação Superior do Ministério da Educação.

§ 3º O número de vagas ou sua alteração será fixado pela instituição detentora de prerrogativas de autonomia universitária, a qual deverá observar capacidade institucional, tecnológica e operacional próprias para oferecer cursos ou programas a distância.

Art. 21. Instituições credenciadas que não detêm prerrogativa de autonomia universitária deverão solicitar, junto ao órgão competente do respectivo sistema de ensino, autorização para abertura de oferta de cursos e programas de educação superior a distância.

§ 1º Nos atos de autorização de cursos superiores a distância, será definido o número de vagas a serem ofertadas, mediante processo de avaliação externa a ser realizada pelo Ministério da Educação.

§ 2º Os cursos ou programas das instituições citadas no caput que venham a acompanhar a solicitação de credenciamento para a oferta de educação a distância, nos termos do § 1º do art. 12, também deverão ser submetidos ao processo de autorização tratado neste artigo.

Art. 22. Os processos de reconhecimento e renovação do reconhecimento dos cursos superiores a distância deverão ser solicitados conforme legislação educacional em vigor.

Parágrafo único. Nos atos citados no caput, deverão estar explicitados:

I - o prazo de reconhecimento; e

II - o número de vagas a serem ofertadas, em caso de instituição de ensino superior não detentora de autonomia universitária.

Art. 23. A criação e autorização de cursos de graduação a distância deverão ser submetidas, previamente, à manifestação do:

I - Conselho Nacional de Saúde, no caso dos cursos de Medicina, Odontologia e Psicologia; ou

II - Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil, no caso dos cursos de Direito.

Parágrafo único. A manifestação dos conselhos citados nos incisos I e II, consideradas as especificidades da modalidade de educação a distância, terá procedimento análogo ao utilizado para os cursos ou programas presenciais nessas áreas, nos termos da legislação vigente.

CAPÍTULO V

DA OFERTA DE CURSOS E PROGRAMAS DE PÓS-GRADUAÇÃO A DISTÂNCIA

Art. 24. A oferta de cursos de especialização a distância, por instituição devidamente credenciada, deverá cumprir, além do disposto neste Decreto, os demais dispositivos da legislação e normalização pertinentes à educação, em geral, quanto:

I - à titulação do corpo docente;

II - aos exames presenciais; e

III - à apresentação presencial de trabalho de conclusão de curso ou de monografia.

Parágrafo único. As instituições credenciadas que ofereçam cursos de especialização a distância deverão informar ao Ministério da Educação os dados referentes aos seus cursos, quando de sua criação.

Art. 25. Os cursos e programas de mestrado e doutorado a distância estarão sujeitos às exigências de autorização, reconhecimento e renovação de reconhecimento previstas na legislação específica em vigor.

§ 1º Os atos de autorização, o reconhecimento e a renovação de reconhecimento citados no caput serão concedidos por prazo determinado conforme regulamentação.

§ 2º Caberá à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – CAPES editar as normas complementares a este Decreto, para a implementação do que dispõe o caput, no prazo de cento e oitenta dias, contados da data de sua publicação.

CAPÍTULO VI

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 26. As instituições credenciadas para oferta de cursos e programas a distância poderão estabelecer vínculos para fazê-lo em bases territoriais múltiplas, mediante a formação de consórcios, parcerias, celebração de convênios, acordos, contratos ou outros instrumentos similares, desde que observadas as seguintes condições:

I - comprovação, por meio de ato do Ministério da Educação, após avaliação de comissão de especialistas, de que as instituições vinculadas podem realizar as atividades específicas que lhes forem atribuídas no projeto de educação a distância;

II - comprovação de que o trabalho em parceria está devidamente previsto e explicitado no:

a) plano de desenvolvimento institucional;

b) plano de desenvolvimento escolar; ou

c) projeto pedagógico, quando for o caso, das instituições parceiras;

III - celebração do respectivo termo de compromisso, acordo ou convênio; e

IV - indicação das responsabilidades pela oferta dos cursos ou programas a distância, no que diz respeito a:

a) implantação de pólos de educação a distância, quando for o caso;

b) seleção e capacitação dos professores e tutores;

c) matrícula, formação, acompanhamento e avaliação dos estudantes;

d) emissão e registro dos correspondentes diplomas ou certificados.

Art. 27. Os diplomas de cursos ou programas superiores de graduação e similares, a distância, emitidos por instituição estrangeira, inclusive os ofertados em convênios com instituições sediadas no Brasil, deverão ser submetidos para revalidação em universidade pública brasileira, conforme a legislação vigente.

§ 1º Para os fins de revalidação de diploma de curso ou programa de graduação, a universidade poderá exigir que o portador do diploma estrangeiro se submeta a complementação de estudos, provas ou exames destinados a suprir ou aferir conhecimentos, competências e habilidades na área de diplomação.

§ 2º Deverão ser respeitados os acordos internacionais de reciprocidade e equiparação de cursos.

Art. 28. Os diplomas de especialização, mestrado e doutorado realizados na modalidade a distância em instituições estrangeiras deverão ser submetidos para reconhecimento em universidade que possua curso ou programa reconhecido pela CAPES, em mesmo nível ou em nível superior e na mesma área ou equivalente, preferencialmente com a oferta correspondente em educação a distância.

Art. 29. A padronização de normas e procedimentos para credenciamento de instituições, autorização e reconhecimento de cursos ou programas a distância será efetivada em regime de colaboração coordenado pelo Ministério da Educação, no prazo de cento e oitenta dias, contados da data de publicação deste Decreto.

Art. 30. As instituições credenciadas para a oferta de educação a distância poderão solicitar autorização, junto aos órgãos normativos dos respectivos sistemas de ensino, para oferecer os

ensinos fundamental e médio a distância, conforme § 4º do art. 32 da Lei no 9.394, de 1996, exclusivamente para:

I - a complementação de aprendizagem; ou

II - em situações emergenciais.

Parágrafo único. A oferta de educação básica nos termos do caput contemplará a situação de cidadãos que:

I - estejam impedidos, por motivo de saúde, de acompanhar ensino presencial;

II - sejam portadores de necessidades especiais e requeiram serviços especializados de atendimento;

III - se encontram no exterior, por qualquer motivo;

IV - vivam em localidades que não contem com rede regular de atendimento escolar presencial;

V - compulsoriamente sejam transferidos para regiões de difícil acesso, incluindo missões localizadas em regiões de fronteira; ou

VI - estejam em situação de cárcere.

Art. 31. Os cursos a distância para a educação básica de jovens e adultos que foram autorizados excepcionalmente com duração inferior a dois anos no ensino fundamental e um ano e meio no ensino médio deverão inscrever seus alunos em exames de certificação, para fins de conclusão do respectivo nível de ensino.

§ 1º Os exames citados no caput serão realizados pelo órgão executivo do respectivo sistema de ensino ou por instituições por ele credenciadas.

§ 2º Poderão ser credenciadas para realizar os exames de que trata este artigo instituições que tenham competência reconhecida em avaliação de aprendizagem e não estejam sob sindicância ou respondendo a processo administrativo ou judicial, nem tenham, no mesmo período, estudantes inscritos nos exames de certificação citados no caput.

Art. 32. Nos termos do que dispõe o art. 81 da Lei no 9.394, de 1996, é permitida a organização de cursos ou instituições de ensino experimentais para oferta da modalidade de educação a distância.

Parágrafo único. O credenciamento institucional e a autorização de cursos ou programas de que trata o caput serão concedidos por prazo determinado.

Art. 33. As instituições credenciadas para a oferta de educação a distância deverão fazer constar, em todos os seus documentos institucionais, bem como nos materiais de divulgação, referência aos correspondentes atos de credenciamento, autorização e reconhecimento de seus cursos e programas.

§ 1º Os documentos a que se refere o caput também deverão conter informações a respeito das condições de avaliação, de certificação de estudos e de parceria com outras instituições.

§ 2º Comprovadas, mediante processo administrativo, deficiências ou irregularidades, o Poder Executivo suspenderá a tramitação de pleitos de interesse da instituição no respectivo sistema de ensino, podendo ainda aplicar, em ato próprio, as sanções previstas no art. 17, bem como na legislação específica em vigor.

Art. 34. As instituições credenciadas para ministrar cursos e programas a distância, autorizados em datas anteriores à da publicação deste Decreto, terão até trezentos e sessenta dias corridos para se adequarem aos termos deste Decreto, a partir da data de sua publicação.

§ 1º As instituições de ensino superior credenciadas exclusivamente para a oferta de cursos de pós-graduação lato sensu deverão solicitar ao Ministério da Educação a revisão do ato de credenciamento, para adequação aos termos deste Decreto, estando submetidas aos procedimentos de supervisão do órgão responsável pela educação superior daquele Ministério.

§ 2º Ficam preservados os direitos dos estudantes de cursos ou programas a distância matriculados antes da data de publicação deste Decreto.

Art. 35. As instituições de ensino, cujos cursos e programas superiores tenham completado, na data de publicação deste Decreto, mais da metade do prazo concedido no ato de autorização, deverão solicitar, em no máximo cento e oitenta dias, o respectivo reconhecimento.

Art. 36. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 37. Ficam revogados o Decreto no 2.494, de 10 de fevereiro de 1998, e o Decreto no 2.561, de 27 de abril de 1998.

Brasília, 19 de dezembro de 2005; 184º da Independência e 117º da República.

LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA

Fernando Haddad

Publicado no DOU de 20.12.2005

ANEXO C

PORTARIA Nº 4.059, DE 10 DE DEZEMBRO DE 2004 (DOU de 13/12/2004, Seção 1, p. 34)

O MINISTRO DE ESTADO DA EDUCAÇÃO, no uso de suas atribuições, considerando o disposto no art. 81 da Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, e no art. 1o do Decreto no 2.494, de 10 de fevereiro de 1998, resolve:

Art. 1o. As instituições de ensino superior poderão introduzir, na organização pedagógica e curricular de seus cursos superiores reconhecidos, a oferta de disciplinas integrantes do currículo que utilizem modalidade semi-presencial, com base no art. 81 da Lei n. 9.394, de 1.996, e no disposto nesta Portaria.

§ 1o. Para fins desta Portaria, caracteriza-se a modalidade semi-presencial como quaisquer atividades didáticas, módulos ou unidades de ensino-aprendizagem centrados na autoaprendizagem e com a mediação de recursos didáticos organizados em diferentes suportes de informação que utilizem tecnologias de comunicação remota.

§ 2o. Poderão ser ofertadas as disciplinas referidas no caput, integral ou parcialmente, desde que esta oferta não ultrapasse 20 % (vinte por cento) da carga horária total do curso.

§ 3o. As avaliações das disciplinas ofertadas na modalidade referida no caput serão presenciais.

§ 4o. A introdução opcional de disciplinas previstas no caput não desobriga a instituição de ensino superior do cumprimento do disposto no art. 47 da Lei no 9.394, de 1996, em cada curso superior reconhecido.

Art. 2o. A oferta das disciplinas previstas no artigo anterior deverá incluir métodos e práticas de ensino-aprendizagem que incorporem o uso integrado de tecnologias de informação e comunicação para a realização dos objetivos pedagógicos, bem como prever encontros presenciais e atividades de tutoria.

Parágrafo único. Para os fins desta Portaria, entende-se que a tutoria das disciplinas ofertadas na modalidade semi-presencial implica na existência de docentes qualificados em nível compatível ao previsto no projeto pedagógico do curso, com carga horária específica para os momentos presenciais e os momentos a distância.

Art. 3o. As instituições de ensino superior deverão comunicar as modificações efetuadas em projetos pedagógicos à Secretaria de Educação Superior - SESu -, do Ministério da Educação - MEC, bem como inserir na respectiva Pasta Eletrônica do Sistema SAPIEns, o plano de ensino de cada disciplina que utilize modalidade semi-presencial.

Art. 4o. A oferta de disciplinas na modalidade semi-presencial prevista nesta Portaria será avaliada e considerada nos procedimentos de reconhecimento e de renovação de reconhecimento dos cursos da instituição.

Art. 5o. Fica revogada a Portaria n. 2.253/2001, de 18 de outubro de 2001, publicada no Diário Oficial da União de 19 de outubro de 2001, Seção 1, páginas 18 e 19.

Art. 6o. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

TARSO GENRO

ANEXO D

PORTARIA NORMATIVA Nº 2, DE 10 DE JANEIRO DE 2007

Dispõe sobre os procedimentos de regulação e avaliação da educação superior na modalidade a distância.

O MINISTRO DE ESTADO DA EDUCAÇÃO, no uso de suas atribuições, considerando o disposto no art. 80 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996; na Lei nº 10.861, de 14 de abril de 2004; na Lei nº 10.870, de 19 de maio de 2004; no Decreto nº 5.622, de 19 de dezembro de 2005, no Decreto nº 5.773, de 9 de maio de 2006, resolve:

Art. 1º O credenciamento de instituições para oferta de educação na modalidade a distância (EAD) deverá ser requerido por instituições de educação superior já credenciadas no sistema federal ou nos sistemas estaduais e do Distrito Federal, conforme art. 80 da Lei nº 9.394 de 20 de dezembro de 1996 e art. 9º do Decreto nº 5.622, de 19 de dezembro de 2005.

§ 1º O pedido de credenciamento para oferta de EAD observará, no que couber, as disposições processuais que regem o pedido de credenciamento, na forma dos artigos 12 a 19 e 26 do Decreto nº 5.773 de 2006 e artigos 12 a 15 e 26 do Decreto nº 5.622, de 2005.

§ 2º O pedido de credenciamento para EAD será instruído com os documentos necessários à comprovação da existência de estrutura física e tecnológica e recursos humanos adequados e suficientes à oferta da educação superior a distância, conforme os requisitos fixados pelo Decreto nº 5.622, de 2005 e os referenciais de qualidade próprios.

§ 3º Os pedidos de credenciamento para EAD das instituições que integram o sistema federal aproveitarão os documentos juntados por ocasião do pedido de credenciamento ou recredenciamento em vigor, com as devidas atualizações, acrescidos das informações específicas sobre as condições de oferta de EAD.

§ 4º Os pedidos de credenciamento para EAD de instituições que integram os sistemas estaduais de educação superior serão instruídos com a comprovação do ato de credenciamento pelo sistema competente, além dos documentos e informações previstos nos §§ 2º e 3º.

§ 5º Para tramitação do pedido deverá ser efetuado o recolhimento da taxa de avaliação, cujo cálculo deverá considerar as comissões necessárias para a verificação in loco de cada pólo presencial indicado no Plano de Desenvolvimento Institucional, tendo em vista o art. 3º da Lei nº 10.870/04.

§ 6º O pedido de credenciamento de instituição de educação superior para EAD tramitará em conjunto com o pedido de autorização de pelo menos um curso superior na modalidade a distância, nos termos do art. 67 do Decreto nº 5.773, de 2006.

§ 7º O recredenciamento da instituição para EAD observará, no que couber, as disposições que regem o recredenciamento de instituições de educação superior.

§ 8º As instituições de pesquisa científica e tecnológica credenciadas para a oferta de cursos de pós-graduação lato sensu poderão requerer credenciamento específico para EAD, observadas as disposições desta Portaria, além das normas que regem os cursos de especialização.

§ 9º O credenciamento de instituições para oferta de cursos e programas de mestrado e doutorado na modalidade a distância sujeita-se à competência normativa da CAPES e à expedição de ato autorizativo específico.

Art. 2º O ato autorizativo de credenciamento para EAD, resultante do processamento do pedido protocolado na forma do art. 1º, considerará como abrangência para atuação da instituição de ensino superior na modalidade de educação a distância, para fim de realização dos momentos presenciais obrigatórios, a sede da instituição acrescida dos endereços dos pólos de apoio presencial.

§ 1º Pólo de apoio presencial é a unidade operacional para o desenvolvimento descentralizado de atividades pedagógicas e administrativas relativas aos cursos e programas ofertados a distância, conforme dispõe o art. 12, X, c, do Decreto nº 5.622, de 2005.

§ 2º Os momentos presenciais obrigatórios, compreendendo avaliação, estágios, defesa de trabalhos ou prática em laboratório, conforme o art. 1º, § 1º, do Decreto nº 5.622, de 2005, serão realizados na sede da instituição ou nos pólos de apoio presencial credenciados.

§ 3º A instituição poderá requerer a ampliação da abrangência de atuação, por meio do aumento do número de pólos de apoio presencial, na forma de aditamento ao ato de credenciamento, nos termos do § 4º do art. 10 do Decreto nº 5.773, de 2006.

§ 4º O pedido de aditamento será instruído com documentos que comprovem a existência de estrutura física e recursos humanos necessários e adequados ao funcionamento dos pólos,

observados os referenciais de qualidade, além do comprovante de recolhimento da taxa de avaliação in loco, nos art. 1º, § 4º.

§ 5º No caso do pedido de aditamento ao ato de credenciamento para EAD visando o funcionamento de pólo de apoio presencial no exterior, o recolhimento da taxa será complementado pela instituição com a diferença do custo de viagem e diárias dos avaliadores no exterior, conforme cálculo do INEP.

§ 6º O pedido de ampliação da abrangência de atuação, nos termos deste artigo, somente poderá ser efetuado após o reconhecimento do primeiro curso a distância da instituição.

Art. 3º A oferta de cursos superiores de EAD sujeita-se a pedido de autorização, reconhecimento e renovação de reconhecimento, dispensada a autorização para instituições que gozem de autonomia, exceto para os cursos de Direito, Medicina, Odontologia e Psicologia, na forma da legislação.

§ 1º Os pedidos de autorização, reconhecimento e renovação de reconhecimento de cursos superiores de EAD de instituições integrantes do sistema federal devem tramitar perante os órgãos próprios do Ministério da Educação, observando-se, no que couber, dos arts. 27 a 44 do Decreto no 5.773, de 2006.

§ 2º Os pedidos de autorização, reconhecimento e renovação de reconhecimento de cursos superiores de EAD de instituições integrantes dos sistemas estaduais, nos termos do art. 17, I e II, da Lei no 9.394, de 1996, devem tramitar perante os órgãos estaduais competentes, a quem caberá a respectiva supervisão.

§ 3º Os cursos referidos no § 2º cuja parte presencial for executada fora da sede, em pólos de apoio presencial, devem requerer o credenciamento prévio do pólo, com a demonstração de suficiência da estrutura física e tecnológica e de recursos humanos para a oferta do curso, pelo sistema federal, na forma do artigo 2º.

§ 4º Os cursos das instituições integrantes dos sistemas estaduais cujos momentos presenciais obrigatórios forem realizados em pólos de apoio presencial fora do Estado sujeitam-se a autorização, reconhecimento e renovação de reconhecimento das autoridades do sistema federal.

§ 5º A existência de cursos superiores reconhecidos ofertados pelas IES na modalidade presencial, ainda que análogos aos cursos superiores a distância, não exclui a necessidade de processos distintos de reconhecimento de cada um desses cursos pelos respectivos sistemas de ensino.

§ 6º Os cursos de EAD ofertados pelas instituições dos sistemas federal e estaduais devem estar previstos no Plano de Desenvolvimento Institucional apresentado pela instituição por ocasião do credenciamento.

Art. 4º As instituições e cursos superiores na modalidade a distância sujeitam-se a supervisão, a qualquer tempo, nos termos dos arts. 45 a 57 do Decreto no 5.773, de 2006.

§ 1º A SEED ou órgão de supervisão competente poderá, no exercício de sua atividade de supervisão, nos limites da lei, determinar a apresentação de documentos, prestação de informações e a realização de avaliações e auditorias necessárias à demonstração do cumprimento dos requisitos de legalidade e qualidade previstos no art. 209 da Constituição Federal.

§ 2º A atividade de supervisão do Poder Público buscará resguardar o interesse público e, em especial, a proteção dos estudantes.

§ 3º O funcionamento irregular de instituição, incluídos os pólos de atendimento presencial, ou curso superior a distância enseja a adoção do disposto no art. 11 do Decreto no 5.773, de 2006, em especial medida cautelar de suspensão do ingresso de estudantes, caso isso se revele necessário a evitar prejuízo a novos alunos, com fundamento no art. 45 da Lei no 9.784, de 29 de janeiro de 1999.

Art. 5º As instituições credenciadas para oferta de educação a distância deverão observar as disposições transitórias constantes deste artigo.

§ 1º As condições de oferta de educação a distância serão verificadas por ocasião da avaliação institucional externa, no ciclo avaliativo 2007/2009, compreendendo as instalações na sede e nos pólos de apoio presencial em funcionamento. § 2º O cálculo da taxa de avaliação deverá considerar as comissões necessárias para a verificação in loco de cada pólo de apoio presencial em funcionamento.

§ 3º É facultada a reestruturação ou aglutinação de pólos em funcionamento até o dia 15 de agosto de 2007.

§ 4º No processo de credenciamento subsequente à avaliação institucional será decidida a abrangência de atuação da instituição com a divulgação do respectivo conjunto de pólos de apoio presencial, definindo-se a situação dos pólos de apoio presencial em funcionamento previamente à edição desta Portaria.

§ 5º Consideram-se pólos de apoio presencial em funcionamento previamente à edição desta Portaria aqueles que ofereçam curso regularmente autorizado ou reconhecido, com base no Cadastro de Instituições e Cursos de Educação Superior (Sied-Sup), e integrantes da lista oficial inserida na página eletrônica do INEP.

§ 6º As instituições têm prazo de 30 (trinta) dias, a contar da publicação desta Portaria, para requerer, fundamentadamente, a retificação da lista oficial referida no § 5º, caso os dados do Cadastro apresentem incorreção por falha dos órgãos do MEC.

§ 7º O INEP decidirá sobre os pedidos de retificação da lista, em 30 (trinta) dias prorrogáveis por mais 30 (trinta), nos termos do art. 49 da Lei no 9.784/99.

§ 8º O funcionamento de pólo não constante da lista referida no § 5º sem a expedição do ato autorizativo, após a edição desta Portaria, caracteriza irregularidade, nos termos do art. 11 do Decreto no 5.773 de 2006.

Art. 6º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

FERNANDO HADDAD

Publicado no DOU de 11 de Janeiro de 2007 – Seção 01 – Página 08

Livros Grátis

(<http://www.livrosgratis.com.br>)

Milhares de Livros para Download:

[Baixar livros de Administração](#)

[Baixar livros de Agronomia](#)

[Baixar livros de Arquitetura](#)

[Baixar livros de Artes](#)

[Baixar livros de Astronomia](#)

[Baixar livros de Biologia Geral](#)

[Baixar livros de Ciência da Computação](#)

[Baixar livros de Ciência da Informação](#)

[Baixar livros de Ciência Política](#)

[Baixar livros de Ciências da Saúde](#)

[Baixar livros de Comunicação](#)

[Baixar livros do Conselho Nacional de Educação - CNE](#)

[Baixar livros de Defesa civil](#)

[Baixar livros de Direito](#)

[Baixar livros de Direitos humanos](#)

[Baixar livros de Economia](#)

[Baixar livros de Economia Doméstica](#)

[Baixar livros de Educação](#)

[Baixar livros de Educação - Trânsito](#)

[Baixar livros de Educação Física](#)

[Baixar livros de Engenharia Aeroespacial](#)

[Baixar livros de Farmácia](#)

[Baixar livros de Filosofia](#)

[Baixar livros de Física](#)

[Baixar livros de Geociências](#)

[Baixar livros de Geografia](#)

[Baixar livros de História](#)

[Baixar livros de Línguas](#)

[Baixar livros de Literatura](#)
[Baixar livros de Literatura de Cordel](#)
[Baixar livros de Literatura Infantil](#)
[Baixar livros de Matemática](#)
[Baixar livros de Medicina](#)
[Baixar livros de Medicina Veterinária](#)
[Baixar livros de Meio Ambiente](#)
[Baixar livros de Meteorologia](#)
[Baixar Monografias e TCC](#)
[Baixar livros Multidisciplinar](#)
[Baixar livros de Música](#)
[Baixar livros de Psicologia](#)
[Baixar livros de Química](#)
[Baixar livros de Saúde Coletiva](#)
[Baixar livros de Serviço Social](#)
[Baixar livros de Sociologia](#)
[Baixar livros de Teologia](#)
[Baixar livros de Trabalho](#)
[Baixar livros de Turismo](#)